

Cratera em São Paulo provoca ataques a Doria com foco nas eleições

Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros presidencialistas exploraram o incidente para desqualificar a imagem do tucano paulista como postulante ao Planalto. Nas redes sociais, políticos da direita à esquerda convergiram em torno do termo “selo PSDB de qualidade” e

pediram investigação sobre o ocorrido. O tom eleitoral das críticas visa não apenas Doria, mas também a pré-candidatura do atual vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), que deve assumir o Executivo em abril e disputar a reeleição. Os tucanos estão à frente da gestão paulista desde 1995, com a eleição de Mário Covas (1930-2001).

Pág. 03

(Foto: Gov SP)

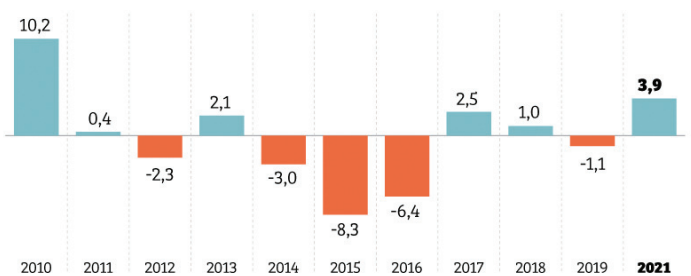


ECONOMIA

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

DADOS DE 2021

VARIAÇÃO ANUAL (%)



> POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,5%
Bens intermediários	3,3%
Bens de consumo duráveis	1,9%
Bens de capital	28,3%

Em dezembro de 2021, a indústria **avancou 2,9%**

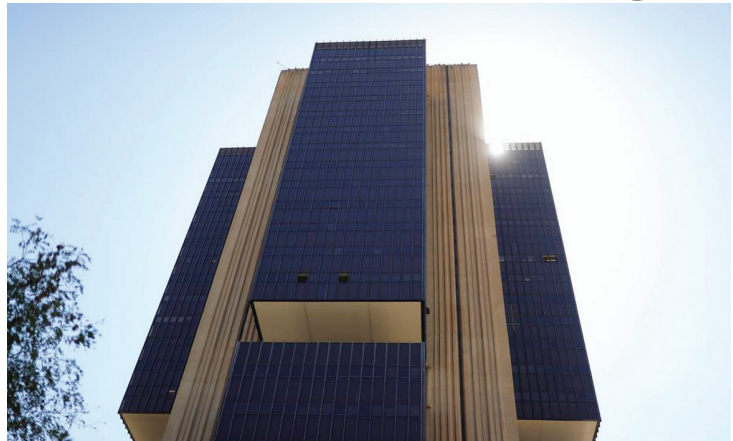
> ACUMULADO
Em 12 meses **-5,0%**
No ano **3,9%**

FONTE: IBGE

© INFOGRAFFO

(Foto: Divulgação)

Selic deve voltar aos dois dígitos



(Foto: Divulgação)

Por trás dessa alta acelerada dos juros - a Selic estava em 2% no início do ano passado -, está a inflação em patamares muito elevados. O cenário com que o Copom precisa lidar na reunião desta semana inclui inflação acima

do esperado no IPCA-15 de janeiro e a sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de que pode começar a subir juros a partir de março. A última vez que a Selic esteve em dois dígitos foi em maio de 2017 (10,25%).

Pág. 04

Com altas da luz e da gasolina, arrecadação do ICMS bate recorde

O aumento nos preços da energia elétrica e dos combustíveis turbinou a arrecadação dos governos estaduais no ano passado, além da retomada de atividades econômi-

cas após o período de maior restrição da pandemia de covid-19. O tributo entrou na discussão sobre o preço dos combustíveis em ano eleitoral.

Pág. 04

Dengue se espalha e pressiona serviços de saúde



(Foto: Divulgação)

Especialistas preveem que 2022, já marcado pelos recordes do coronavírus por causa da variante Ômicron, será um ano de maior incidência de

dengue. Gestores alertam ainda para o risco de confusão nos diagnósticos, uma vez que há sintomas similares, como febre e dor no corpo.

Pág. 08

IPC-Fipe sobe 0,74% em janeiro; em 12 meses, inflação é de 9,60%



(Foto: Divulgação)

No primeiro mês de 2022, quatro dos sete componentes do IPC-Fipe ganharam força: Habitação (de 0,15% em dezembro para

0,65% em janeiro), Transportes (de 0,50% para 1,03%), Saúde (de 0,01% para 0,22%) e Educação (de 0,14% para 4,65%). Por outro lado, houve desaceleração dos itens

Alimentação (de 1,23% em dezembro para 1,19% em janeiro), Despesas Pessoais (de 0,69% para -0,71%) e Vestuário (de 0,76% para 0,49%).

Pág. 04

Autoridades usam material rochoso e argamassa para preencher cratera na Marginal

O procedimento foi iniciado na madrugada de ontem, dia 2. As autoridades ainda não informaram quanto tempo esse trabalho vai levar, mas optaram por preencher a

cratera justamente para tentar viabilizar as pistas da marginal para os veículos. A intenção é estabilizar o local o quanto antes para que a via post-trabalho vai levar, mas optaram por preencher a

Pág. 08

IPC-S acelera em 4 das 7 capitais pesquisadas em janeiro

Aceleração mais significativa no IPC-S Capitais foi apurada em Salvador, onde a inflação avançou de 0,65% para 0,84% no fechamento do mês.

São Paulo (0,72% para 0,90%), Brasília (0,19% para 0,29%) e Rio de Janeiro (0,53% para 0,59%) também registraram aumento da inflação no período.

Pág. 04

Bolsonaro cometeu crime ao vazar investigação sigilosa



(Foto: Divulgação)

A delegada federal Denisse Dias Rosas, responsável pelo inquérito, enviou nesta quarta-feira, 2, o relatório final com as conclusões da PF ao Supremo Tribunal Federal (STF). No documento, ela minimiza a ausência de Bolsonaro no depoimento e diz que o

fato “não trouxe prejuízo ao esclarecimento dos fatos”. A delegada reafirma ter visto crime na conduta do presidente, do deputado bolsonarista Filipe Barros (PSL-PR) e do ajudante de ordens presidencial Mauro Cid, mas não pede o indiciamento em razão do foro.

Pág. 03

POLÍTICA

Dameres associa gravidez precoce a TikTok, rede lançada em 2016

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Dameres Alves, afirmou que a gravidez precoce “está muito atrelada” ao uso da rede social TikTok por crianças e adolescentes. Dameres opinou sobre a influência da rede durante o discurso na abertura da Semana Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência na última terça-feira, 1º. O evento é uma iniciativa da Pasta com o objetivo de reduzir a incidência da gestação precoce e os índices de infecções sexualmente transmissíveis. “Não vem papai e mamãe jogar no colo do Ministério da Saúde: ‘Resolva, minha filha engravidou’, depois que deixou sua filha com 8 anos ir pro TikTok vender seu corpo. Uma coisa está muito atrelada com a outra”, disse a ministra para explicar, na sua visão, os motivos da erotização infantil. A ministra também utilizou o discurso de abertura para defender uma de suas bandeiras, a proibição do aborto. Para Dameres, “se acontecer uma gravidez, vida é vida”. Na ofensiva do governo Bolsonaro contra

o aborto - que é permitido no Brasil apenas em caso de risco à vida da mãe e estupro - o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos esteve à frente do projeto de lei que institui o Dia Nacional do Nascimento e de Conscientização sobre os Riscos do Aborto, cujo objetivo era promover a ideia do “direito à vida de todas as pessoas, independentemente de sua condição” e desestimular o aborto. Após consulta pública em 2021, a proposta foi enviada à Câmara dos Deputados, onde aguarda o parecer do relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher até hoje. Essa não é a primeira vez que a ministra critica uma plataforma por causa de conteúdos de sexualização infantil. Em 2020, Dameres engrossou o coro formado por políticos de outros países contra o filme francês Lindinhas (Cuties, em inglês), lançado pela Netflix. A ministra defendeu que o conteúdo era “abominável”. Premiado, o longa, ironicamente, tinha o objetivo de criticar a sexualização de meninas pré-adolescentes.

Queiroga: quero ser o ministro que acabou com a pandemia de covid-19

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que quer ser reconhecido como aquele que acabou com a pandemia de covid-19. A declaração foi dada no Congresso Nacional, onde ocorre a abertura do ano legislativo, quando o ministro foi questionado se deixará o cargo em abril para concorrer às eleições. “Em primeiro lugar, quero ser reconhecido como o ministro que acabou com a pandemia da covid-19”, disse Queiroga, ao afirmar que vai cumprir as

missões dadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Queiroga é cotado para uma candidatura ao Senado pela Paraíba em outubro. “Sou médico, nunca militei na vida partidária, mas hoje eu sou um quadro técnico do que vocês gostam de chamar de bolsonarismo”, disse o ministro à imprensa. Ele ainda afirmou que a aplicação da quarta dose da vacina contra a covid depende de análise técnica e de discussões na pasta.

Câmara deve votar legalização de jogos de azar e chance de aprovação é alta

O projeto de lei que legaliza jogos de azar no País volta à pauta do Congresso. Com o retorno das atividades parlamentares na última quarta-feira, 2, a Câmara deve pautar o texto ainda em fevereiro. Se aprovada, a matéria vai regularizar práticas como bingos, cassinos, caça-níqueis e jogo do bicho no País. A proposta enfrenta a oposição da bancada evangélica e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mesmo assim, no fim de 2021, foi aprovado um requerimento de urgência para a tramitação da matéria. A expectativa entre parlamentares é que o texto passe pelo plenário e avance para o Senado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), prometeu pautar o projeto em breve. Relator da proposta, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) calcula que a regulamentação dos jogos de azar geraria R\$ 20 bilhões de arrecadação por ano. Ao defender o texto, cita como principal argumento o incentivo ao Turismo e a geração de postos de trabalho. “A pandemia aumentou o desemprego no País. Os jogos de aposta vão formalizar empregos que já existem e os investimentos robustos que virão com os resorts integrados com cassinos vão gerar milhares de empregos”, afirmou Carreras.

De olho no eleitorado evangélico, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sinalizou que pode vetar o projeto, caso o texto seja aprovado no Congresso. Em entrevista à rádio Viva FM, do Espírito Santo, em 17 de janeiro, o chefe do Executivo disse que os jogos de azar não são bem-vindos no Brasil. Por outro lado, Bolsonaro lembrou que os parlamentares podem derrubar seu veto e preservar a proposta original. Em 16 de dezembro, o requerimento de urgência para a tramitação da proposta foi aprovado com 293 votos a favor, 138 contra e 11 abstenções. Na ocasião, houve um acordo nos bastidores para que a bancada evangélica não obstruísse a votação no plenário, como havia ocorrido anteriormente. Em troca, Lira pautou também uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que isenta imóveis alugados por igrejas do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Agora, os evangélicos prometem “trabalhar dobrado” para barrar o projeto.

“Tenho convicção de que, com articulação melhor, vamos reverter o resultado”, diz o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). O parlamentar argumenta que a legalização dos jogos geraria um problema de saúde pública, devido ao vício, e afirma que não haveria mecanismos de controle para evitar a lavagem de dinheiro.

Republicanos se afasta de Bolsonaro e fica dividido entre Moro e Lula

Ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, o partido Republicanos já não garante apoio à campanha de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. A cúpula da legenda atua agora para contornar um racha provocado por parlamentares que não desejam se vincular à impopularidade do chefe do Executivo. Uma ala quer ficar ao lado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), principalmente no Nordeste, enquanto outra se move em direção ao ex-juiz Sergio Moro (Podemos), visto como a alternativa à direita. Diante do impasse, ganha força a opção pela chamada “neutralidade” na disputa presidencial, ao menos no primeiro turno.



(Foto: Divulgação)

Mais do que uma bancada de apoio ao governo no Congresso, o Republicanos faz parte do primeiro escalão bolsonarista. Além do ministro da Cidadania, João Roma, o partido do Centrão também emplacou apadrinhados em outros cargos, como na presidência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e numa diretoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Republicanos abriga o vereador Carlos Bolsonaro (RJ), filho do presidente, e chegou a ter em seus quadros o senador Flávio Bolsonaro (RJ). O próprio presidente disse que poderia se filiar ao partido, antes de se decidir pelo PL de Valdemar Costa Neto. Desistiu da ideia,

porém, ao saber que não teria controle sobre a legenda, dirigida pelo deputado Marcos Pereira (SP), ex-ministro da Indústria e Comércio Exterior e bispo licenciado da Universal. Sob a gestão de Pereira, o Republicanos registrou crescimento da bancada na Câmara. Em um período de 16 anos, o partido saltou de 1 para 30 deputados federais eleitos. A meta, agora, é ultrapassar a casa dos 40. O comando do partido não se entusiasma nem mesmo com candidaturas estimuladas pelo Palácio do Planalto, como a de João Roma ao governo da Ba-

hia. Nos bastidores, a avaliação interna é a de que o desgaste da imagem de Bolsonaro pode prejudicar esses palanques. **Visita** - Em busca de adesões, Moro esteve ontem na sede do Republicanos, em São José do Rio Preto (SP). Na semana passada, a presidente do Podemos, Renata Abreu, também se reuniu com Marcos Pereira, em São Paulo. Ouviu que, neste momento, o partido ainda tem dificuldade em declarar apoio. Mesmo assim, o consultor Guto Ferreira, ex-presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento

Industrial (ABDI), ligado ao Republicanos, foi “liberado” para se integrar à campanha do ex-juiz. No Nordeste também há resistência à aliança com Bolsonaro e diretórios do partido já admitem acordo com Lula. Em Pernambuco, o Republicanos é chefiado pelo deputado Silvio Costa Filho, que apoia o governador Paulo Câmara (PSB), opositor de Bolsonaro. Costa Filho tem feito críticas ao governo. No mês passado, elogiou as articulações para uma dobradinha entre Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin.

Pacheco avalia desistir de pré-candidatura por novo mandato na chefia do Senado



(Foto: Divulgação)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avalia não levar adiante a pré-candidatura ao Palácio do Planalto, e se concentrar nas articulações para se reeleger ao comando do Congresso, em fevereiro de

2023. Aliados veem Pacheco fora da corrida presidencial, mas o PSD deve mantê-lo como pré-candidato, enquanto negocia alianças políticas. Uma delas pode ser firmada com o ex-presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva. O PT oferece apoio para a recondução de Pacheco à frente do Senado como moeda de troca para uma composição eleitoral com o PSD na disputa presidencial. Interlocutores acreditam que Pacheco

tem muito a perder sendo candidato a presidente, enquanto comanda o Senado e o Congresso. O senador está na metade do mandato e pode tentar um novo mandato como presidente do Senado. Uma decisão sobre a pré-candidatura presidencial do PSD só deve ser anunciada a partir de março. Embora o presidente do partido, Gilberto Kassab, trate publicamente o nome de Pacheco como candidato ao Planalto, a legenda não fez um lançamento oficial da pré-candidatura do senador. A cúpula petista indicou que poderá subir no palanque de candidatos do PSD nos Estados caso o partido apoie a candidatura de Lula. **Terceira via** - A incerteza de Pacheco em ser candidato à Presidência é mais um indicativo de possível afunilamento na chamada “terceira via”. Outros pré-candidatos desse campo, que tentam se viabilizar como contraponto à polarização entre Lula e o presidente Jair Bolsonaro, devem deixar a corrida eleitoral.

Aras pede arquivamento de ação contra imposto zero para exportação de armas

O procurador-geral da República, Augusto Aras, sugeriu ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, 2, o arquivamento da ação movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) para tentar derrubar a resolução do governo federal que zerou o imposto sobre exportação de armamentos e munições para a América do Sul e a América Central. A sigla argumenta que a medida pode facilitar o tráfico de armas. Em setembro do ano passado, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) derrubou a alíquota de 150%, que estava em vigor desde 2001. O tributo havia sido instituído, duas décadas atrás, para conter o chamado ‘efeito bumerangue’ das exportações a países com menor controle sobre o comércio de armamentos, sobretudo o Paraguai, o que viabilizava a reintrodução de verdadeiros arsenais no mercado clandestino brasileiro. Em seu parecer, Aras diz que uma eventual intervenção do tribunal para restabelecer o imposto poderia configurar avanço



(Foto: Divulgação)

indevido sobre a autonomia administrativa do governo federal. “A intervenção judicial em matéria de política pública é medida excepcional, sob pena de se transformar o Supremo Tribunal

Federal em legislador positivo, ofendendo a separação de poderes”, opinou o procurador-geral. O relator do processo é o ministro Kassio Nunes Marques. Aras também afirma que a decisão de

zerar a alíquota ‘está permeada por fatores de ordem econômica e comercial’ e atendeu a ‘requisitos formulados por sociedades empresárias e associações do setor da indústria nacional’.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaípe Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

anatec
www.anatec.org.br

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

FUNDAÇÃO VÁZIO ANATEC

POLÍTICA

Cratera em São Paulo provoca ataques a Doria com foco nas eleições

Adversários políticos do governador João Doria (PSDB) enxergaram na cratera aberta na marginal Tietê na última terça-feira, dia 1º, uma oportunidade para gerar desgaste à gestão estadual. Aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros presidenciaíveis exploraram o incidente para desqualificar a imagem do tucano paulista como postulante ao Planalto. Nas redes sociais, políticos da direita à esquerda convergiram em torno do termo “selo PSDB de qualidade” e pediram investigação sobre o ocorrido.

O tom eleitoral das críticas visa não apenas Doria, mas também a pré-candidatura do atual vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB), que deve assumir o Executivo em abril e disputar a reeleição. Os tucanos estão à frente da gestão paulista desde 1995, com a eleição de Mário Covas (1930-2001).

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ) reproduziu o vídeo do desmoronamento na obra da Linha-6 Laranja do Metrô, dando destaque à cratera em suas redes sociais. Mesmo sem mencionar diretamente o nome de Doria, a publicação foi recebida como uma cutucada no governador e inundada de comentários críticos ao gestor paulista.

No Twitter, bolsonaristas tentaram emplacar a hashtag “#ChamaOTarcísio”, fazendo referência ao candidato de Bolsonaro ao governo do Estado, Tarcísio de Freitas. Atual minis-



tro da Infraestrutura, ele esteve com o presidente em São Paulo na terça-feira para acompanhar os desdobramentos das chuvas no Estado, que causaram deslizamentos e mortes no último fim de semana.

O secretário da Cultura do governo federal, Mario Frias, sugeriu que, “ao contrário de Bolsonaro”, Doria está mais preocupado em obter palanques eleitorais do que com a população. O ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles e a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) também se manifestaram sobre o tema e lançaram

críticas ao governador. Também bolsonarista, o deputado estadual Gil Diniz anunciou que vai colher assinaturas para protocolar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a culpabilidade de Doria no desabamento. Diniz defendeu que o governador deve ser responsabilizado e, indiretamente, também visou atingir a pré-campanha de Garcia. “Precisamos extinguir o PSDB do Estado de São Paulo”, publicou.

O deputado estadual Douglas Garcia (PTB) compartilhou imagens da cratera acompanhadas do termo “selo PSDB de

qualidade” e disse que avalia acionar o Ministério Público para solicitar investigação. “O descaso do PSDB de João Doria para com a segurança e dinheiro do pagador de impostos de SP é criminoso”, escreveu o parlamentar.

Alinhado ao governo Bolsonaro, Douglas Garcia sublinhou que deu voto contrário à contratação de empréstimo para melhorias do sistema metroviário na Assembleia Legislativa. “Meu voto foi não por saber que este dinheiro seria mal gasto. O tempo confirmou que eu acertei”.

Bolsonaro cometeu crime ao vazar investigação sigilosa de ataque ao TSE, diz PF



A Polícia Federal (PF) decidiu concluir o inquérito sobre o vazamento de uma investigação sigilosa da corporação, a respeito de uma tentativa de ataque hacker aos sistemas do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), mesmo sem colher o depoimento do presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele era o principal investigado no caso e faltou ao interrogatório na última sexta-feira, 28.

A delegada federal Denisse Dias Rosas, responsável pelo inquérito, enviou nesta quarta-feira, 2, o relatório final com as conclusões da PF ao Supremo Tribunal Federal (STF). No do-

cumento, ela minimiza a ausência de Bolsonaro no depoimento e diz que o fato “não trouxe prejuízo ao esclarecimento dos fatos”.

A delegada reafirma ter visto crime na conduta do presidente, do deputado bolsonarista Filipe Barros (PSL-PR) e do ajudante de ordens presidencial Mauro Cid, mas não pede o indiciamento em razão do foro. A investigação sigilosa da PF foi tornada pública por Bolsonaro nas redes sociais em agosto do ano passado. O objetivo, conclui Denisse, foi alimentar o debate sobre a chamada “PEC do Voto Impresso”, que acabou rejeitada na Câmara.

“Todas as pessoas ouvidas que promoveram a divulgação confirmam suas condutas e a consciência de que o fornecimento de cópia do inquérito policial em andamento ao deputado federal Filipe Barros foi feito originalmente com o fim específico de subsidiar as discussões relativas à PEC no 135/2019”, diz um trecho do relatório.

Aras testa positivo para a covid-19 pela segunda vez

O procurador-geral da República, Augusto Aras, testou positivo para covid-19 pela segunda vez. Ele já havia sido diagnosticado com o novo coronavírus em setembro de 2020, quando participou da cerimônia de posse do ministro Luiz Fux na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O novo diagnóstico foi descoberto em exame de rotina. De acordo com a assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da República (PGR), ele está assintomático e, por recomendação médica, ficará afastado do gabinete ao longo da semana. Aras vai continuar despachando de forma remota.

“Em decorrência do diagnóstico, ele não participará da sessão de reabertura do ano le-

gislativo no Congresso Nacional marcada para esta quarta-feira”, comunicou a PGR.

Aos 62 anos, o procurador-geral recebeu a primeira dose da vacina contra a covid-19 em abril do ano passado.

Leia a íntegra da nota: O procurador-geral da República, Augusto Aras, testou positivo para covid-19 e ficará trabalhando de forma remota pelos próximos cinco dias. O diagnóstico foi feito após exame de rotina. Aras está assintomático e, por recomendação médica, ficará afastado do gabinete na Procuradoria-Geral da República ao longo desta semana. Em decorrência do diagnóstico, ele não participará da sessão de reabertura do ano legislativo no Congresso Nacional.

Valdemar Costa Neto anuncia filiação de Eduardo Bolsonaro e Mário Frias ao PL

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o secretário especial de Cultura, Mário Frias, acertaram na última terça-feira, dia 1º, a filiação ao Partido Liberal (PL). Além deles, o partido anunciou a filiação do cantor de axé music Netinho. Os três pretendem concorrer nas eleições gerais a vagas na Câmara dos Deputados.

Após uma conversa com ambos em Brasília, o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, condenado no escândalo do mensalão, divulgou que eles “seguiram os passos” do presidente Jair Bolsonaro e do senador Flávio Bolsonaro (RJ), que haviam se filiado à legenda em novembro. Netinho assinou a filiação em outra reunião com Valdemar, o ex-senador Magno Malta, presidente do PL no Espírito Santo, e o deputado federal Vicentinho Júnior (PL-TO).

Segundo o diretório nacional do PL, Eduardo Bolsonaro e Mário Frias ainda ficaram de assinar a ficha e formalizar a filiação em outra data. O deputado precisa aguardar a janela de troca de partidos sem risco de perder o mandato, autorizada pela Justiça eleitoral, que ocorre em março. O secretário não precisaria aguardar.

“Alguns especulam que eu poderia ir para um partido diferente do presidente Jair Bolsonaro. A janela para mudança partidária de deputados será em março e vários bolsonaristas irão também”, afirmou Eduardo Bolsonaro, em publicação nas redes sociais. Do clã presidencial, apenas Carlos Bolsonaro, vereador no Rio, segue fora do PL. Ele elegeu-se pelo Republicanos em 2020 e, se migrasse de partido agora, ficaria sujeito à perda do mandato.

YouTube alega violação de direito autoral ao punir canal do TCU

O YouTube alegou violação de direitos autorais para suspender funções do canal do Tribunal de Contas da União (TCU), que está impossibilitado de fazer transmissões ao vivo desde o dia 27 de janeiro passado. Segundo a plataforma, o perfil exibiu conteúdo de terceiros em duas ocasiões - na primeira, a empresa diz ter enviado um alerta para que não houvesse reincidência; na segunda, a conta recebeu um “strike”, tipo de punição que bloqueia certas funcionalidades da plataforma.

Segundo o YouTube, o canal do TCU não chegou a ser retirado completamente do ar. O tribunal utiliza a plataforma para transmitir os julgamentos virtuais, que devem ser públicos por imperativo constitucional. Nesta terça-feira, 1º, o ministro Bruno Dantas foi às redes sociais se queixar da suspensão e classificou o episódio como grave. “(O ocorrido) ocasionou o cancelamento das sessões de

hoje das duas Câmaras do TCU, com prejuízo para a sociedade. Providências estão sendo estudadas”, publicou o ministro. Diante do problema detectado, o tribunal ativou um canal alternativo para transmitir as sessões em outra plataforma, o Microsoft Teams.

Ao Estadão, o YouTube informou que os bloqueios causados por “strikes” na plataforma costumam durar sete dias. Quando o problema é a exibição de conteúdo de terceiros, contudo, há um agravante: nesses casos, o direito autoral não é requerido pelo YouTube, mas pelos detentores do conteúdo original. Por isso, explica a empresa, não há previsão para que a função de transmissão ao vivo seja devolvida para o TCU, ficando a cargo do tribunal resolver a questão com os donos dos direitos. O YouTube não informou quais seriam esses conteúdos nem os detentores originais dos direitos.

Servidores da Anvisa e deputada petista cobram retratação de Bolsonaro

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) e a Associação de Servidores da Anvisa (Univisa) protocolaram no último domingo, dia 30, uma interpleação judicial pedindo retratação do presidente Jair Bolsonaro por ataques feitos a servidores da agência. No mês passado, quando o órgão deu aval à vacinação de crianças contra a covid, o mandatário ameaçou divulgar os nomes dos servidores responsáveis pela decisão, o que foi visto como uma tentativa de intimidação.

“Eu pedi extraoficialmente o nome das pessoas que aprovaram a vacina para criança a partir de 5 anos. Nós queremos divulgar o nome dessas pessoas para que todo mundo tome conhecimento quem são essas pessoas e obviamente forme o seu juízo”, disse o mandatário no dia da aprovação.

Além de retratação, os interpleantes pedem que Bolsonaro preste esclarecimentos a respeito da ale-

gação de que poderia haver “interesses escusos” por parte da Anvisa na liberação dos imunizantes. Em janeiro, o chefe do Executivo questionou quais seriam os interesses dos servidores que, segundo ele, são pessoas “taradas por vacinas”. O presidente da agência, o almirante Antônio Barra Torres, chegou a divulgar uma nota cobrando que o presidente se retratasse por essa declaração.

No documento, a deputada e a associação argumentam que as ameaças do chefe do Executivo tinham o objetivo de “macular” a imagem da Anvisa e de seus servidores, o que, segundo os interpleantes, “pode configurar lesão aos direitos de personalidade” e gerar direito de indenização. “O interpleado, por meio de suas explicações, pode ratificar sua posição ou negar suas afirmações, delimitando o que pretendeu induzir com as informações prestadas ao povo brasileiro”.

(Foto: Divulgação)

(Foto: Divulgação)

ECONOMIA

Taxa anual do CPI da zona do euro atinge recorde de 5,1% em janeiro

A taxa anual de inflação ao consumidor (CPI, pela sigla em inglês) da zona do euro atingiu a máxima histórica de 5,1% em janeiro, acelerando levemente em relação à alta de 5% observada em dezembro, segundo dados preliminares divulgados nesta quarta-feira pela agência de estatísticas da União Europeia, a Eurostat.

O resultado do mês passado frustrou analistas consultados pelo The Wall Street Journal,

que previam arrefecimento da taxa a 4,3%.

O CPI recorde amplia pressões para que o Banco Central Europeu (BCE) aperte sua política monetária. A meta de inflação do BCE, é de 2%. O núcleo do CPI, que desconsidera os preços de energia e de alimentos, teve acréscimo anual de 2,3% em janeiro, significativamente maior do que o aumento de 1,9% projetado pelo mercado.

IPC-S acelera em 4 das 7 capitais pesquisadas em janeiro pela FGV

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) se acelerou em quatro das sete capitais pesquisadas no fechamento de janeiro, na comparação com a terceira quadrissemana do mês, informou nesta quarta-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O IPC-S avançou a 0,49% na última leitura do mês, após registrar 0,44% na terceira prévia. A alta acumulada em 12 meses é de 9,58%, maior do que os 9,53% ocorridos no período até a terceira quadrissemana.

A aceleração mais significativa no IPC-S Capitais foi apurada em Salvador, onde a inflação avançou de 0,65% para 0,84% no fechamento do mês. São Paulo (0,72% para 0,90%), Brasília (0,19% para 0,29%) e Rio de Janeiro (0,53% para 0,59%) também registraram aumento da inflação no período.

Na direção oposta, Porto Alegre (-0,15% para -0,35%), Recife (0,31% para 0,16%) e Belo Horizonte (0,63% para 0,62%) apresentaram alívio na última leitura de janeiro.

Selic deve voltar aos dois dígitos depois de quase cinco anos

Após quase cinco anos, a Selic, taxa de juros básica, deve voltar ao patamar de dois dígitos. A expectativa unânime do mercado financeiro é de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central vai elevar a taxa em 1,5 ponto porcentual ontem, 2, dos atuais 9,25% para 10,75%. A última vez que a Selic esteve em dois dígitos foi em maio de 2017 (10,25%).

Por trás dessa alta acelerada dos juros - a Selic estava em 2% no início do ano passado -, está a inflação em patamares muito elevados. O cenário com que o Copom precisa lidar na reunião desta semana inclui inflação acima do esperado no IPCA-15 de janeiro e a sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de que pode começar a subir juros a partir de março.

“Começamos 2022 com uma inflação de 10%, e as pressões para o ano são diferentes das vistas em 2003 e 2016. Naqueles momentos havia a política, a política fiscal e o câmbio ajudando. Desta vez, o Banco Central está totalmente sozinho e com riscos muito presentes e claros ao longo de 2022, além de elementos adicionais”, afirmou Sérgio Vale, da MB Associados.

Para Vale, haverá ainda duas altas de 1,5 ponto porcentual da Selic, em fevereiro e março, mas ele não descartou o risco de um aumento residual mais à frente.

“O BC tem sinalizado que não vai forçar a mão para tentar trazer essa inflação para meta (de 3,50%) já neste ano, mas isso não significa que, com uma inflação próxima de 6%, ele não tenha de atuar com mais agressividade”, disse.

Sem o teto, governo fica refém do Congresso, diz mentor da medida

O economista Marcos Mendes, um dos criadores do teto de gastos, afirmou que o presidente eleito em outubro não vai recuperar o controle do Orçamento no ano que vem e nem conseguir governar se resolver acabar com a regra fiscal, que atrela o crescimento das despesas à inflação. A norma foi criada em 2016, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer, e muito modificada no ano passado.

“Quem for eleito presidente da República e for assumir em 2023 vai ter todo o interesse em ter algum mecanismo de controle da despesa porque, se não, vai ficar mais refém ainda do Congresso e não vai conseguir governar”, afirmou Mendes em entrevista ao Estadão/Broadcast. Por isso, o economista disse acreditar que o teto sobrevive ao período eleitoral. As eleições de outubro anteciparam um debate sobre o futuro do teto de gastos e o controle do Orçamento, que ficou nas mãos do Congresso durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Uma nova alteração no teto, ou até mesmo a revogação da âncora fiscal, já faz parte dos discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do atual presidente.

Para Mendes, o ataque ao teto é um discurso eleitoral que vai ser revisto por quem de fato estiver no poder em 2023. “Qualquer governo que seja eleito não vai chegar chutando o balde e vai tentar arrumar a casa. Quem se eleger vai ter de tentar retomar o controle do Orçamento e ao mesmo tempo manter um controle da despesa total. Se não conseguir nem uma coisa nem outra, não governa.”

Proposta - Lula passou a defender uma nova dinâmica para

o Orçamento da União, devolvendo o controle para o Executivo e revendo o teto de gastos.

“Quem tem que fazer o Orçamento é o governo, a Câmara aprovar e o governo executar”, disse o petista na segunda-feira, 31, durante um seminário interno do PT. Bolsonaro também criticou o teto e tem dado mais protagonismo ao Congresso com a liberação de emendas parlamentares.

Uma das propostas avaliadas por economistas ligados a Lula é manter apenas a meta de resultado primário, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como âncora fiscal.

A tese é de que, com superávit primário - ou seja, arrecadando mais do que gasta -, o País não precisaria de teto.

“É um discurso equivocado porque o teto foi criado para o governo fazer uma poupança no período em que a arrecadação está melhorando e lidar com essa situação durante a recessão. Se com qualquer surto de arrecadação você torra logo o dinheiro, nunca vai ter condições de enfrentar situações difíceis lá na frente”, disse Mendes.

Divisão - De R\$ 140 bilhões em despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina pública), o Congresso passou a definir livremente o destino de R\$ 40 bilhões, considerando o valor total das emendas parlamentares, incluindo o orçamento secreto, e as despesas com o fundo partidário e o fundo eleitoral. Os investimentos, por outro lado, caíram ao menor nível da história em 2022.

Mendes é contra a proposta de retirar os investimentos do teto, ideia que entrou no radar das campanhas.

IPC-Fipe sobe 0,74% em janeiro; em 12 meses, inflação é de 9,60%

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,74% em janeiro, acelerando em relação ao ganho de 0,57% observado em dezembro e também frente ao acréscimo de 0,66% verificado na terceira quadrissemana do mês passado, segundo dados publicados ontem, 2, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O resultado de janeiro superou o teto das estimativas de oito instituições de mercado consultadas pelo Projeções Broadcast, que variavam de alta de 0,54% a 0,73%. No período de 12 meses até janeiro, o IPC-Fipe acumulou inflação de 9,60%, vindo em linha com o consenso do mercado.

No primeiro mês de 2022, quatro dos sete componentes do IPC-Fipe ganharam força: Habitação (de 0,15% em dezembro para 0,65% em janeiro), Transportes (de 0,50% para 1,03%), Saúde (de 0,01% para 0,22%) e Educação (de 0,14% para 4,65%).



Por outro lado, houve desaceleração dos itens Alimentação (de 1,23% em dezembro para 1,19% em janeiro), Despesas Pessoais (de 0,69% para -0,71%) e Vestuário (de 0,76%

para 0,49%).
Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe em janeiro:
- Habitação: 0,65%
- Alimentação: 1,19%

- Transportes: 1,03%
- Despesas Pessoais: -0,71%
- Saúde: 0,22%
- Vestuário: 0,49%
- Educação: 4,65%
- Índice Geral: 0,74%

Com altas da luz e da gasolina, arrecadação do ICMS bate recorde



A arrecadação dos Estados com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) bateu recorde e atingiu R\$ 637 bilhões em 2021, com crescimento de 22,6% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) obtidos pelo Estadão/Broadcast. Os governos estaduais não haviam registrado um crescimento nesse nível desde 1999, início da série histórica.

O aumento nos preços da energia elétrica e dos combustíveis turbinou a arrecadação

dos governos estaduais no ano passado, além da retomada de atividades econômicas após o período de maior restrição da pandemia de covid-19.

O tributo entrou na discussão sobre o preço dos combustíveis em ano eleitoral. O presidente Jair Bolsonaro pressiona os governadores a reduzirem a alíquota, após terem congelado a cobrança.

Eles, porém, não querem abrir mão da arrecadação e dizem não contar com a “ajuda” da inflação para repetir o resultado neste ano. Bolsonaro nego-

cia uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para eliminar a cobrança de impostos do governo federal e dos Estados sobre o diesel. A medida deve ser debatida no início dos trabalhos do Congresso neste ano, que serão retomados hoje (leia mais nesta página).

Especialistas avaliam que o ano eleitoral pode até levar o poder público a desonerar os combustíveis, mas a medida pode não reduzir os preços para o consumidor e ainda causar um efeito fiscal negativo com a economia do País estagnada.

Caixa - Os Estados que mais tiveram crescimento na arrecadação do imposto foram Mato Grosso, com incremento de 45,5%, e Goiás, com aumento de quase 32% em relação às receitas de 2020. Quase todos os outros tiveram aumento de arrecadação superior a 20%.

O ICMS representa 86% da arrecadação direta dos Estados. A maior parte da arrecadação é destinada ao pagamento de funcionários públicos. Além disso, um quarto das receitas é transferido para municípios. Por isso, mexer na arrecadação do tributo tem gerado polêmica.

“O ICMS é um grão de areia no preço e tem um impacto grande nas contas apertadas em 2022 para Estados e municípios. Não vamos contar, espero, com elevação da inflação que ajudou nas receitas em 2021. Deve ter, e desejamos é queda da inflação”, afirmou o governador do Piauí e coordenador do Fórum dos Governadores, Wellington Dias (PT). O que os Estados argumentam é que a arrecadação recorde em 2021 não pode servir de parâmetro para uma redução do ICMS sobre os combustíveis neste ano. “Aqui em Minas, se formos absorver isso e voltar a pagar atrasado o salário dos servidores públicos e parcelar o décimo terceiro em dez meses, eu não aceitarei”, disse o governador de Minas, Romeu Zema (Novo).

Governo cruzará dados para dispensar segurado do INSS de prova de vida presencial

O governo promete fazer cruzamento de dados para que os segurados do INSS sejam dispensados de ir presencialmente aos bancos para fazerem a chamada prova de vida. A prova de vida é feita uma vez por ano pelas instituições financeiras com o objetivo de impedir fraudes e garantir o pagamento dos benefícios sem interrupções.

As mudanças já valem desde ontem, 2, mas o INSS vai ter até o dia 31 de dezembro de 2022 para concluir a implementação. Até essa data, o bloqueio de pagamento de benefícios por falta da comprovação de vida fica suspenso. Segundo o presidente do INSS, José Carlos Oliveira, o governo passará a cruzar outros tipos de dados (incluindo informações de Estados, municípios e empresas privadas) para confirmar que a pessoa está viva, dispensando a presença física nas agências.

“A partir de agora, a obrigação de fazer a prova de vida é nossa, do INSS. Como faremos? Com todas as bases de dados de

todos os órgãos de governo. Se o cidadão renovou um passaporte, se o cidadão tirou uma carteira de identidade ou renovou uma carteira de identidade; se o cidadão votou, e de dois em dois anos ele vota; se o cidadão fez uma transferência de imóvel; se o cidadão fez uma transferência de veículo; se o cidadão fez uma operação na iniciativa privada, nós vamos aceitar isso como prova de vida”, exemplificou o presidente do INSS.

Ele participou de cerimônia no Palácio do Planalto junto com o presidente da República, Jair Bolsonaro. “Levar pessoa acima de 80 anos para fazer prova de vida é um ato de desumanidade”, disse Bolsonaro.

Segundo Oliveira, 36 milhões de brasileiros se deslocam para fazer a prova de vida atualmente, sendo que cerca de 5 milhões tem mais de 80 anos de idade. Em razão da pandemia da covid-19, a exigência de prova de vida tinha sido suspensa inicialmente em março de 2020 até 1º de junho de 2021.

INTERNACIONAL

Em Kiev, Johnson reforça apoio à Ucrânia e cita sanções em caso de ação russa

O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, reforçou o apoio à Ucrânia, em visita a Kiev. Em discurso ao lado do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, o britânico afirmou que seu país é “um aliado firme e duradouro da Ucrânia e um defensor da soberania e integridade territorial” do país. Johnson citou a grande concentração de tropas russas na fronteira e disse ser vital que Moscou “dê um passo atrás e escolha o caminho da diplomacia”.

Segundo o primeiro-ministro, observamos a “maior demonstração de hostilidade contra a Ucrânia nas nossas vidas”. Johnson disse que seu governo está “preparando um pacote de sanções junto a outros países para ser ativado no momento em que a Rússia ultrapassar o território ucraniano”. Além disso, o britânico anunciou 88 milhões de libras para apoiar “a boa governança e segurança energética” à Kiev. Ele afirmou que um confronto seria um desastre político e humanitário e lembrou das mais de 13 mil pessoas que



(Foto: Divulgação)

morreram em quase uma década de guerra no Leste do país, após os conflitos iniciados em 2014.

O líder disse, ainda, que “a diplomacia ainda é possível, queremos engajar em diálogo”, e que o Reino Unido será julga-

do pelos ucranianos e pelo mundo pela forma que agir na atual crise Segundo o premiê, não há hostilidade contra Rússia, mas defesa da soberania da Ucrânia. Em uma demanda de Moscou, a de que certos novos integrantes

não sejam aceitos na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o que vem sendo rechaçado, Johnson afirmou que “Kiev tem direito inalienável de escolher quais organização irá integrar”.

Áustria começa a punir cidadãos que não se imunizaram

A Áustria começou a aplicar ontem a lei que torna as vacinas contra a covid-19 obrigatórias para todos os cidadãos. Enquanto partes da Europa estigmatizaram pessoas que rejeitam as vacinas, o governo do chanceler austríaco, Karl Nehammer, foi além e decidiu criminalizar a conduta. A polícia começou a checar o status de vacinação das pessoas nos espaços públicos e durante blitz de trânsito. A partir da metade de março, quem não tiver se vacinado receberá multas que podem chegar a até € 3,6 mil (cerca de R\$ 21 mil). A lei, que valerá até 2024, tem atraído críticas e protestos.

Analistas políticos e de saúde pública sugerem que a manobra é arriscada. Com legisladores de oposição rebelando-se contra a legislação e dezenas de milhares de manifestantes tomando as ruas de Viena com certa frequência, Nehammer - há menos de dois meses no cargo - está diante de um teste.

O anúncio da obrigatoriedade, juntamente com a vacinação das crianças, provocou um salto nas imunizações em novembro, mas, desde então, o ritmo voltou a diminuir.

Cerca de 76% da população da Áustria está completamente vacinada, um índice acima da média da UE. Mas, enquanto alguns países tornaram obrigatória a vacinação para trabalhadores de saúde e a Alemanha debate a obrigatoriedade ampla, ninguém foi tão longe quanto os austríacos.

Abertura - Parte da população é contra a obrigatoriedade. Alguns advogados argumentam que ela pode violar direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, a Áustria começará a abrandar outras restrições anticovid, permitindo que casas noturnas fiquem abertas até tarde, e eliminando progressivamente a exigência da apresentação de certificados de vacinação em estabelecimentos comerciais.

EUA avaliam medidas contra potenciais riscos à segurança trazidos pelo TikTok

O governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, caminha para revisar regras federais a fim de lidar com potenciais riscos à segurança do TikTok e de outros aplicativos detidos por empresas estrangeiras, oito meses após optar por não forçar o fechamento da plataforma de compartilhamento de vídeos sediada na China.

O Departamento do Comércio concluiu recentemente um período de comentários públicos sobre a mudança de regra proposta, que amplia o monitoramento federal para incluir explicitamente aplicativos que poderiam ser usados por “adversários estrangeiros para roubar ou de outra maneira obter dados”, segundo um memorando no Federal Register, o Diário Oficial americano.

Sob a regra, o secretário do Comércio poderia na prática barrar aplicativos estrangeiros

considerados riscos inaceitáveis à segurança. Isso poderia forçar plataformas de mídia social, como TikTok e outros aplicativos ligados à internet, a se submeter a auditorias, exames de seus códigos fontes e monitoramento do uso dos dados dos usuários, segundo a regra proposta.

As Forças Armadas dos EUA já proibiram seus membros de usar o aplicativo em dispositivos do governo. Alguns congressistas, como o senador Mark Rubio, dizem que a Casa Branca atua muito lentamente para apresentar um plano abrangente nessa frente.

O TikTok, da ByteDance, empresa sediada na China, não quis comentar o assunto.

Já a embaixada chinesa em Washington disse que os EUA não devem exagerar o conceito de segurança nacional e politizar questões econômicas.

Sob críticas da OMS, países europeus reduzem restrições contra a covid-19

Pouco a pouco, muitos países que foram duramente atingidos pela covid-19 estão se abrindo e suspendendo suas medidas restritivas mais duras, e muitas vezes impopulares, mesmo em meio à disparada de casos causada pela variante Ômicron. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por outro lado, alerta que certas aberturas podem ser muito precipitadas.

Reino Unido, França, Áustria, Holanda e vários países nórdicos tomaram medidas para encerrar ou aliviar suas restrições à covid-19, muitos deles começando já a partir de fevereiro. Na terça-feira, 1º de fevereiro, a Dinamarca se tornou o primeiro país da União Europeia a adotar a estratégia de “retomar a vida pré-covid”. As máscaras, o passaporte sanitário e os horários reduzidos de bares e restaurantes ficam para trás no país nórdico.

A França iniciou uma redução gradual de suas restrições a partir desta quarta-feira, 2, o uso de máscara deixa de ser obrigatório na rua, assim como o respeito à lotação limitada nos espaços culturais. “Temos que continuar atentos, pois a pressão nos hospitais ainda é elevada”, declarou o presidente francês, Emmanuel Macron, em entrevista ao jornal La Voix du Nord.

Na Espanha, a região da Catalunha anunciou a reabertura de bares e boates a partir de 11 de fevereiro. O governo anunciou que a vida noturna voltará “sem restrições de capacidade ou limitações de tempo”.

A região implementou algumas das medidas mais rígidas da Espanha para combater o aumento de casos ligados à variante Ômicron, decretando toque de recolher, suspensão de atividades noturnas e limites de capacidade nos restaurantes e em espaços desportivos e culturais.

Também na terça-feira, a Noruega suspendeu a proibição de servir álcool depois das 23 horas e o limite de reuniões privadas para 10 pessoas. Os viajantes que chegarem à fronteira não precisarão mais fazer um teste covid-19 antes da entrada. As pessoas podem sentar-se lado a

lado novamente em eventos com assentos fixos, e eventos esportivos podem ocorrer como acontecia em tempos pré-pandemia.

A Áustria, que foi o primeiro país europeu a ordenar um mandato de vacina, planeja afrouxar outras restrições da covid-19 este mês e tomar medidas como permitir que os restaurantes fiquem abertos mais tarde. Na Alemanha, onde as infecções ainda atingem recordes diários e as autoridades ainda estão preocupadas com um grande número de idosos não vacinados, restrições como limites a reuniões privadas e exigências para que as pessoas apresentem prova de vacinação ou recuperação permanecem em vigor. Os líderes do país planejam rever a situação em 16 de fevereiro.

Em 19 de janeiro, o Reino Unido anunciou o fim do uso obrigatório de máscara, o teletrabalho deixou de ser uma recomendação do governo e o passaporte sanitário deixou de ser obrigatório para ter acesso a discotecas e a grandes aglomerações. O movimento, porém, ocorreu após pressões do partido do premiê Boris Johnson após a revelação de festas proibidas na residência oficial do ministro.

Outros continentes estão mais cautelosos - Enquanto a Europa relaxa seus cuidados, outros continentes estão sendo ainda mais cautelosos. Algumas das taxas de vacinação mais altas do mundo são encontradas na Ásia - que não é estranha a surtos anteriores como Sars e Mers - e seus líderes estão mantendo medidas mais rígidas de bloqueio ou até mesmo apertando-as, por enquanto. A nação de Tonga, na costa do Pacífico, entrou em um bloqueio nesta quarta-feira depois de encontrar infecções em dois trabalhadores portuários que ajudam a distribuir ajuda que chega após uma erupção vulcânica e tsunamis. Isso ocorreu contra os temores de que as consequências do desastre natural no mês passado pudessem desencadear um segundo desastre, trazendo a pandemia para uma nação que estava livre do vírus.

Argentina: acordo do FMI abre crise entre Fernández e ala kirchnerista



(Foto: Divulgação)

O acordo de refinanciamento da dívida, assinado entre a Argentina e o FMI, na sexta-feira, abriu uma nova crise entre os peronistas, colocando mais uma vez a ala kirchnerista, comandada pela vice-presidente, Cristina Kirchner, em rota de colisão com o bloco liderado pelo presidente argentino, Alberto Fernández.

O pacto, referente a uma dívida de US\$ 44,5 bilhões contraída pela Argentina em 2018, prevê o refinanciamento por meio de um “programa de facilidades estendidas” durante os próximos dois anos e meio.

O acordo exige que a Argentina reduza seu déficit a zero até 2025 e faça grandes cortes nos subsídios do governo à energia.

Insatisfeito, na segunda-feira, o deputado Máximo Kirchner, filho de Cristina e do ex-presidente argentino Néstor Kirchner, renunciou à liderança do bloco governista na Câmara dos Deputados. “Esta decisão decorre de eu não compartilhar da estratégia utilizada e muito menos dos resultados obtidos com a negociação com o FMI”, afirmou o deputado.

Para Máximo, seria “irracional e desumano” sinalizar e

propor correções aos “erros e abusos” do FMI. “Talvez seu nome deve ser Força Monetária Internacional. Como vejo que eles estão sempre interessados em despesas, eles poderiam economizar em economistas caros, pois para fazer o que fazem, é suficiente apenas gente que sabe pressionar, prometendo o inferno se o que eles querem não for feito.”

A decisão de Máximo aumenta a incerteza dentro da coalizão governista, formada nas eleições de 2019, em razão das diferenças entre o kirchnerismo - a ala mais esquerdista - e o res-

tante do peronismo, liderado por Fernández, mais moderado. As duas facções já tinham entrado em conflito alguns meses atrás, após a derrota do governo nas primárias legislativas.

Risco alto - A renúncia de Máximo coloca em risco o próprio acordo, que precisa ser aprovado no Congresso. “A decisão representa um golpe significativo no acordo, especialmente porque muitas das questões mais desafiadoras ainda precisam ser negociadas”, alertou o analista econômico Daniel Kerner, diretor para a América Latina da consultoria Eurasia. “Os deputados terão de aprová-lo, mas um partido governista dividido terá muita dificuldade para encontrar os votos necessários.”

Pouco após saber da renúncia de Máximo, Fernández deu uma entrevista ao canal C5N. “Na quarta-feira passada, falei com Máximo. Ele mencionou suas divergências. Hoje, ele me ligou e disse que tinha tomado esta decisão. Eu disse que não era necessário”, afirmou o presidente. “Ele me disse que Cristina não concordava com a renúncia. Ela tem suas nuances em relação ao FMI, mas o presidente sou eu. Tenho certeza de que seguiremos no melhor caminho.”

O kirchnerismo é, desde o início do governo Fernández, a ala do Executivo peronista com o discurso mais duro contra o FMI. Alguns membros do grupo criticaram a negociação.

Políticos tentam se aproveitar de protesto antivacina no Canadá

Os protestos de caminhoneiros contra a vacinação obrigatória em Ottawa, capital canadense, invadiram a política local e causaram um racha entre os conservadores. Ontem, apesar dos pedidos da polícia e de autoridades, muitos manifestantes se recusaram a deixar a cidade, que permanece sitiada.

Caminhões pesados continuaram bloqueando os principais cruzamentos do centro de Ottawa, com muitas empresas, lojas, hotéis e centros de vacinação forçados a fechar as portas pelo terceiro dia consecutivo. Os paramédicos solicitaram escolta policial depois que uma ambulância foi apedrejada por manifestantes. Pierre Poilievre, um dos nomes que brigam pela liderança do Partido Conservador, se reuniu com alguns caminhoneiros, a quem elogiou. “Acabei de conversar com centenas de canadenses alegres, que fariam qualquer coisa um pelo outro. Eles escolhem a liberdade em vez do medo”, disse. Poilievre é um dos cotados para



(Foto: Divulgação)

ocupar o lugar do líder conservador Erin O’Toole, que corre o risco de cair por tentar levar o partido mais ao centro. Ele recebeu críticas não apenas por perder uma eleição para o primeiro-ministro, Justin Trudeau, mas também pela forma como lidou com vários problemas nos últimos meses.

Violência - Apesar da declaração de Poilievre, o governador de Ontário, o também conserva-

dor Doug Ford, criticou os manifestantes. Ele disse que ficou extremamente desconcertado ao ver as pessoas profanarem os monumentos e acenarem com suásticas e outros símbolos de ódio e de intolerância durante as manifestações.

“Há um milhão de pessoas que vivem em Ottawa. Eu ouvi os manifestantes, a província ouviu os manifestantes, o país ouviu os manifestantes”, disse

Ford, que foi eleito com um discurso populista.

“Agora, é hora de deixar os habitantes de Ottawa voltarem à vida normal.”

Nas ruas, o que começou com um comboio de caminhoneiros protestando contra a obrigação de se vacinar se transformou, nos últimos dias, em bloqueios que isolaram a capital e obstruíram uma passagem na fronteira com os EUA.

CONTEXTO JURÍDICO

STJ profere mais de 9 mil decisões durante o plantão judiciário

Na sessão de abertura do ano judiciário no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ontem (1º), o presidente da corte, ministro Humberto Martins, anunciou que a presidência bateu novo recorde no número de decisões proferidas ao longo do plantão judiciário. Entre 20 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, houve um total de 9.108 decisões, contra 9 mil do plantão 2020-2021. Em seu discurso, o ministro Humberto Martins apresentou o resultado como uma demonstração de que o STJ é uma das cortes mais produtivas do mundo. Além da produtividade, ele destacou o compromisso do Tribunal da Cidadania com o avanço político, econômico e social do Brasil diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19.

“Esta é uma oportunidade para reafirmarmos a importância do Judiciário brasileiro para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil, e também para o avanço da democracia, do Estado de Direito e, sobretudo,

para o fortalecimento dos poderes da República”, declarou o presidente do STJ.

O ministro também apresentou as novas instalações do auditório da Corte Especial. A reforma teve por objetivo modernizar e adaptar o espaço às novas necessidades do tribunal, bem como atender às exigências da legislação relacionadas à acessibilidade e à participação virtual dos advogados durante os julgamentos.

Humberto Martins afirmou, ainda, que vem trabalhando para que a proposta de emenda à Constituição que cria um filtro para a admissão de recursos especiais - a chamada PEC da Relevância - seja aprovada pela Câmara dos Deputados até junho deste ano. O texto voltou para a análise dos deputados federais após as alterações promovidas pelo Senado Federal.

Além disso, ele agradeceu a parceria do vice-presidente do STJ, ministro Jorge Mussi, que exerceu a presidência de 15 a 31 de janeiro.

Juízo recuperacional deve analisar pedido de constrição de bens de recuperanda

A constrição do patrimônio de empresas em recuperação judicial deve ser submetida à análise do juízo recuperacional, ainda que se destine à satisfação de créditos extraconcursais, e mesmo que tenha transcorrido o stay period.

Com esse entendimento, a 21ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou o pedido de um banco pela constrição de bens de uma empresa devedora, que está em recuperação judicial. Conforme a decisão, o pedido deverá ser feito ao juízo recuperacional.

O banco sustentou o pedido no fato de que o crédito em questão não está sujeito à recuperação judicial da devedora. Além disso, alegou já ter transcorrido o stay period, inexistindo óbice para penhora de ativos.

O pedido, entretanto, foi negado em primeiro e segundo graus. “Segundo entendimento jurisprudencial do C. Superior Tribunal de Justiça, a constrição/expropriação do patrimônio de empresas em recuperação judicial deve ser submetida à análise prévia do juízo recuperacional, ainda que se destine à satisfação de créditos extraconcursais, e mesmo que já transcorrido o stay period”, disse o relator, desembargador Fábio Podestá.

Segundo o magistrado, a competência do juízo da recuperação judicial para deliberar acerca dos atos constitutivos da recuperanda visa evitar o bloqueio de bens essenciais à atividade empresarial, em observância ao princípio da preservação da empresa (artigo 47 da Lei 11.101/2005) e, portanto, independe da natureza do crédito.

Diplomacia ajuda TSE a vencer disputa por chips usados em urnas eletrônicas

A escassez mundial de chips levou o Tribunal Superior Eleitoral a se envolver em uma batalha diplomática contra a indústria automobilística para garantir a compra das peças e a renovação de cerca de 300 mil urnas eletrônicas, usadas nas eleições brasileiras.

A falta de semicondutores tem diversas causas, desde o aumento da demanda a partir da pandemia da Covid-19 até a guerra comercial entre Estados Unidos e China. Isso fez com que a Positivo Tecnologia tivesse dificuldades de adquirir essas peças.

A empresa venceu a licitação em julho de 2020 para produzir parte das urnas que serão usadas nas eleições de 2022. A previsão divulgada pelo TSE foi de cerca de 180 mil unidades ao preço de

R\$ 799,9 milhões - o qual poderia ser alterado pela disponibilidade orçamentária anual.

Em dezembro, a Positivo venceu outra licitação, desta vez para fabricar outras 176 mil urnas eletrônicas, que serão usadas a partir de 2024. Desta vez, o preço foi de R\$ 1,1 bilhão, aceito pelo TSE já levando em conta o cenário de desabastecimento na cadeia produtiva mundial. Informado desse cenário, o TSE deu início a um grande esforço diplomático para a obtenção do equipamento. “Foram meses de tensão e negociação, disputando com indústria automobilística que comprava todas as peças, em um esforço de vencer as empresas que não era uma questão econômica, mas institucional”, explicou o ministro Luís Roberto Barroso.

STF retoma discussão sobre letalidade das operações policiais no Rio

O Supremo Tribunal Federal abriu os trabalhos deliberativos de 2022 ontem (2/2) com uma pauta carregada de temas importantes. O destaque é a continuação do julgamento de um recurso sobre as operações policiais no Rio de Janeiro durante a crise sanitária de Covid-19. Da última vez em que o tema foi discutido, na sessão de 15 de dezembro do ano passado, apenas o ministro Luiz Edson Fachin reafirmou seu voto a favor de diminuir a letalidade das operações policiais nas comunidades fluminenses, principalmente depois da incursão policial na favela do Jacarezinho, que, em maio do ano passado, deixou 28 mortos. Na ocasião, o ministro Alexandre de Moraes acompanhou o relator sobre a necessidade de adotar medidas claras para diminuir a violência policial, mas divergiu sobre o alcance de algumas das providências a ser adotadas. “Quem acha que tem poder para tirar uma

vida imagina que também tem para não a tirar e, com isso, passa a negociar a vida. Quem faz operação autônoma não é policial, é miliciano. E miliciano não pode ter lugar no Estado de Direito e muito menos na polícia”, disse o ministro Fachin em um complemento de seu voto. “A crise da segurança pública, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, é um verdadeiro estado de coisas inconstitucional. Nada evidencia mais esse estado de coisas do que as recentes notícias de ações policiais que descumprem a determinação do Plenário do Supremo Tribunal Federal no sentido de que apenas em casos excepcionais as operações poderiam ser realizadas”, acrescentou. Pelo tom do voto do ministro Fachin, já se imagina que o tema é sensível, principalmente por abordar pauta que interessa ao governo, a questão da segurança pública e das operações policiais nas comunidades do Rio.

Ministro Barroso suspende atos da Funai que negavam proteção a terras indígenas não homologadas

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu dois atos administrativos da Fundação Nacional do Índio (Funai) que desautorizam as atividades de proteção territorial pela autarquia em terras indígenas não homologadas. Segundo o ministro, a suspensão da proteção territorial abre caminho para que terceiros passem a transitar nas terras indígenas, oferecendo risco à saúde dessas comunidades, pelo contágio pela covid-19 ou por outras enfermidades, sobretudo doenças infectocontagiosas - que tornam a saúde desses povos mais vulnerável.

De acordo com a decisão, a Funai deve implementar ações de proteção independentemente de as áreas indígenas estarem homologadas. Barroso destacou que a insistência no descumprimento da decisão implicará o encaminhamento das peças ao Ministério Público para a apuração de crime de desobediência (artigo 330 do Código Penal).

O pedido em questão foi formulado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), incidentalmente, nos autos na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 709), em que o STF determinou a formulação de plano de enfrentamento à covid-19, com prestação de serviços de saúde e criação de barreiras sanitárias. De acordo com a Apib, os atos administrativos (um parecer e um ofício circular) contrariam



(Foto: Divulgação)

normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção aos direitos dos indígenas e a jurisprudência do STF.

Esvaziamento - Para Barroso, os atos da Funai representam uma tentativa reiterada de esvaziamento de medidas de proteção determinadas pelo Supremo.

“Ao afastar a proteção territorial em terras não homologadas, a Funai sinaliza a invasores que a União se absterá de combater atuações irregulares em tais áreas, o que pode constituir um convite à invasão de áreas que são sabidamente cobichadas por grileiros e madeireiros, bem

como à prática de ilícitos de toda ordem”, afirmou.

Omissão - O relator observou que, nos atos questionados pela Apib, é possível verificar nova tentativa da Funai de se omitir na prestação de serviços aos povos indígenas de terras não homologadas, utilizando a não conclusão da homologação para evitar o controle territorial que deve ser exercido sobre essas áreas. A presença de terceiros e de invasores e a desproteção territorial das terras pode, ainda, comprometer a implementação do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para Povos Indígenas, aprovado pelo

STF, e outros instrumentos que envolvem a contenção e retirada de pessoas como medida de proteção sanitária.

Impactos - Outro ponto considerado pelo ministro é que, além do impacto sobre povos situados em terras não homologadas, os atos podem afetar indígenas isolados e de recente contato, ainda mais vulneráveis epidemiologicamente. Ele lembrou que, em relação aos povos em isolamento e de contato recente, a cautelar homologada pelo Plenário na ADPF 709 determinou, inclusive, a criação de barreiras sanitárias que impeçam a entrada e a saída de terceiros do território.

Ministro mantém na Justiça comum ação penal contra ex-vereador investigado na Operação Uragano



(Foto: STJ)

Por não verificar conexão com crime eleitoral, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior negou provimento a um recurso de Sidlei Alves da Silva, ex-presidente da Câmara Municipal de Dourados (MS), e manteve na Justiça comum a ação penal ins-

taurada contra ele. O ex-vereador foi denunciado no âmbito da Operação Uragano por, supostamente, participar de esquema criminoso nos Poderes Executivo e Legislativo do município, com envolvimento em delitos de peculato e corrupção passiva. Segundo o Ministério Público

de Mato Grosso do Sul, a operação, realizada entre 2009 e 2010, teve por objetivo desmantelar uma organização composta por agentes políticos, funcionários públicos e empresários que se uniram para o cometimento de diversos crimes contra a administração pública. Além de

vereadores, o então prefeito Ari Artuzi foi preso.

Ao STJ, a defesa do ex-parlamentar requereu a declaração de incompetência absoluta da 1ª Vara Criminal de Dourados, bem como a nulidade de todos os atos praticados, com a consequente remessa do processo para a Justiça Eleitoral, em razão da suposta relação do caso com delito de corrupção eleitoral (artigo 299 do Código Eleitoral). O mesmo pedido foi negado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS).

Condutas sem conexão com crime eleitoral - Para o ministro Sebastião Reis Júnior, é inviável acolher a tese da defesa, pois, como reconhecido pelas instâncias ordinárias, não houve a imputação de crime eleitoral ao ex-vereador. O magistrado destacou trecho no qual o acórdão do TJMS explica que “o fato de o paciente ter, em tese, participado do esquema criminoso na condição de vereador de Dourados e presidente da Câmara Municipal não autoriza, por si só, a conclusão de que houve a prática de crimes eleitorais”.

MP não pode promover execução de sentença coletiva pelo CDC, diz STJ

O Ministério Público não tem legitimidade para promover a execução de sentença coletiva prevista no artigo 98 do Código de Defesa do Consumidor. Nessa fase do processo, não existe interesse público ou social para justificar a atuação do parquet.

Com esse entendimento, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial ajuizado por uma incorporadora imobiliária que foi alvo de ação civil pública ajuizada pelo MP do Rio de Janeiro com objetivo de reduzir percentual de retenção de parcelas pagas fixada em contrato.

Trata-se do quanto a incorporadora pode reter em relação às parcelas já quitadas no caso de um comprador desistir do negócio. O contrato trazia pactuação entre 75% e 90%. A jurisprudência do STJ tem como padrão o percentual máximo de 25%. A sentença deu razão ao MP-RJ e condenou a empresa a devolver em dobro toda e qualquer quantia cobrada indevidamente dos consumidores

que tenha ultrapassado os 25%, mediante depósito em sua conta corrente. Após o trânsito em julgado, o Ministério Público fluminense pediu que a incorporadora fosse intimada a cumprir a sentença coletiva, por meio da comprovação da restituição, sob pena de multa por descumprimento calculada em R\$ 10 mil por dia. Ao STJ, a empresa afirmou que o MP não tem legitimidade para tanto. Relator, o ministro Paulo de Tarso Sanseverino concordou. Ele explicou que, embora o artigo 98 do Código de Defesa do Consumidor admita a execução coletiva pelos entes legitimados no artigo 82 - dentre os quais está o Ministério Público -, na fase de execução não há interesse social a justificar a atuação ministerial. Isso porque a controvérsia sobre núcleo de homogeneidade do direito já se encontra encerrada. A execução da sentença coletiva consumerista consiste em: identificar o beneficiário do direito reconhecido e descobrir a quantia devida a ele.

STJ renova afastamento de desembargadores do TJ-BA por mais um ano

Cinco desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia e uma juíza permanecerão afastados de seus cargos por mais um ano, enquanto respondem a denúncia por integrar suposto esquema de compra e venda de decisões judiciais no estado.

A prorrogação do afastamento foi aprovada em Questão de Ordem na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça na tarde de ontem (2/2), no âmbito de três ações penais que tramitam em decorrência da operação faroeste.

Seguem afastados os desembargadores José Olegário Monção Caldas, Maria da Graça Osório Pimentel Leal e Maria do Socorro Barreto Santiago; e a juíza de Direito Marivalda Almeida Moutinho. Eles foram denunciados na Ação Penal 940.

Também faziam parte do grupo de magistrados afastados o desembargador Gesivaldo Nascimento Britto, que se aposentou em outubro de 2021, ao completar 75 anos; e o juiz Sérgio Humberto de Quadros

Sampaio, que foi aposentado compulsoriamente pelo TJ-BA em dezembro. Contra eles, portanto, não há mais essa cautelar.

A Corte Especial também manteve o afastamento das desembargadoras Ilona Márcia Reis, denunciada na Ação Penal 986; e Lígia Maria Ramos Cunha Lima, que responde a denúncia na Ação Penal 987. A decisão da Corte Especial em todos os casos foi unânime.

Todos estão implicados na investigação apelidada de “faroeste” pela prática dos crimes de organização criminosa, corrupção e lavagem de capitais, em esquema envolvendo magistrados, servidores do Tribunal de Justiça da Bahia, advogados e produtores rurais, em torno de disputas judiciais por valiosas terras situadas no oeste da Bahia. Ao defender a continuidade do afastamento, o ministro Og Fernandes informou que, embora as investigações estejam avançando, ainda não é possível informar que a apuração dos fatos foi concluída.

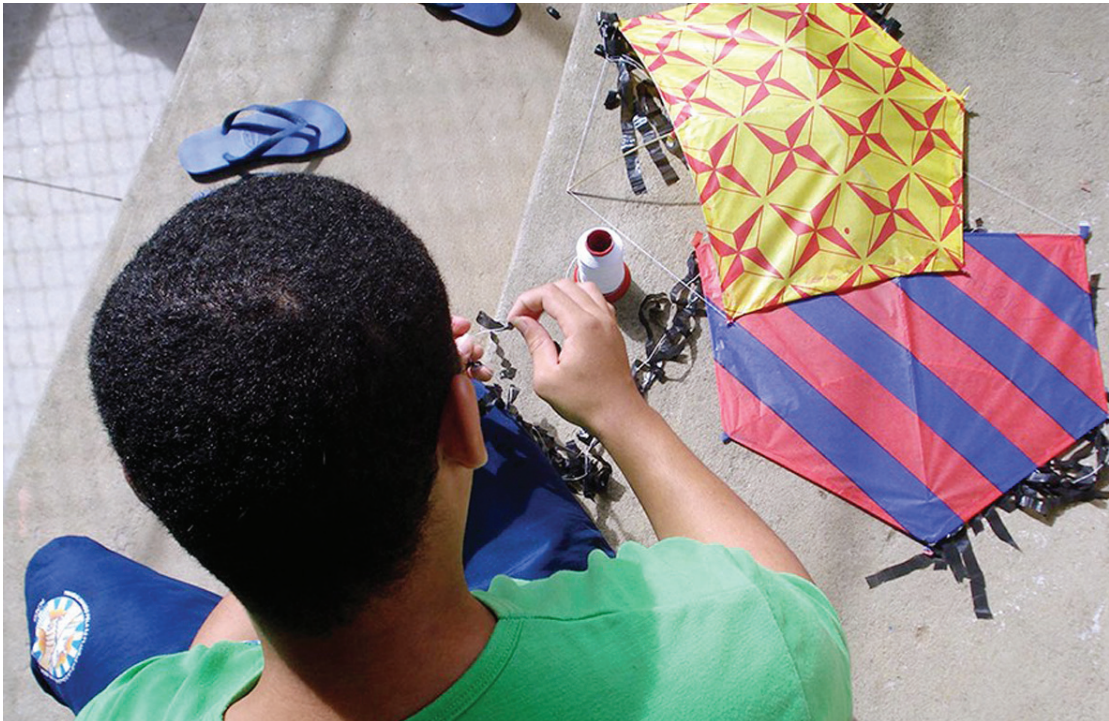
LEIS & PROJETOS

CCJ pode votar projetos contra uso de cerol e armas de brinquedo

Na volta dos trabalhos legislativos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem, prontos para a pauta, três projetos sobre temas ligados ao direito penal e penitenciário. Os projetos tratam do uso de cerol (PL 4.391/2019), do porte de armas de brinquedo ou de simulação (PL 991/2019) e do cultivo de hortas em estabelecimentos penais (PLS 117/2017). Todos já têm relatórios pela aprovação, mas com mudanças.

Apresentado pelo ex-senador Major Olimpio (1962-2021), o PL 4.391/2019 criminaliza, entre outras condutas, o uso, o armazenamento, a posse, a venda e a fabricação de cerol. A mistura, feita com vidro moído e cola, e é nos fios ou linhas de pipas e brinquedos semelhantes e serve para cortar as linhas de outras pipas. O problema é que o cerol pode causar acidentes graves. São muitos os casos de mortes causadas por cerol.

Em janeiro, um mototaxista morreu em Barretos (SP) após o pescoço atingido por uma linha com cerol. Ele chegou a ser socorrido após o acidente, mas depois de quatro dias no hospital, não resistiu aos ferimentos. Também em janeiro, um motociclista de Santos (SP) foi internado em estado grave após sofrer o mesmo tipo de acidente. No Distrito Federal, na última semana, uma linha de cerol cortou a coluna e o para-brisa de um ônibus.



O PL 4.391/2019 criminaliza o uso de cerol em linhas de pipa: objetivo é evitar ferimentos e mortes.

O projeto, que tem como relator o senador Antonio Anastasia (PSD-MG), estabelece pena de detenção de seis meses a dois anos, além de multa para quem cometer os crimes. O relatório é pela aprovação, na forma de um substitutivo (texto alternativo), que autoriza o uso de cerol em competições esportivas autorizadas pelo Poder Público, em locais designados especificamente para esse fim.

Armas de brinquedo - Também pronto para a pauta na CCJ, o PL 991/2019, do senador Fabiano Contarato (Rede-ES),

criminaliza o porte de armas de brinquedo. Ao defender a aprovação do projeto, o senador lembrou que bandidos estão alungando armas de brinquedo para assaltos. Ele lembrou que armas de brinquedo parecidas com as armas de verdade, ou simulacros de armas, têm venda proibida, mas isso não tem sido suficiente para evitar o uso desse tipo de arma por bandidos.

O relator, senador Marcos do Val (Podemos-ES), é a favor da aprovação do texto, com ajustes na redação. A pena prevista, caso o texto seja aprovado, é

de um a três anos de detenção, além de multa.

Hortas - Já o PLS 117/2017 incentiva estabelecimentos prisionais a manter o cultivo de hortas orgânicas em suas dependências. Apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto acrescenta um artigo à Lei de Execução Penal, que diz que deverá ser incentivado, tanto quanto possível, o cultivo de hortas orgânicas para o suprimento dos próprios estabelecimentos penais ou para doação a instituições de caridade.

Presidente sanciona Orçamento com R\$ 89 bilhões para Auxílio Brasil e vetos de R\$ 3,2 bilhões

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou o projeto de Lei Orçamentária Anual deste ano (Lei 14.303/21), que destina R\$ 89,1 bilhões ao programa social Auxílio Brasil. Inicialmente, o projeto de lei (PLN 19/21) oferecia 34,7 bilhões para transferência de renda a famílias na linha da pobreza.

O volume só foi ampliado em R\$ 54,4 bilhões porque o Congresso adaptou a proposta a emendas constitucionais que mudaram o cálculo do teto de gastos e limitaram o pagamento de precatórios para R\$ 45,6 bilhões neste ano. Já a previsão do teto de gastos na lei orçamentária é de R\$ 1,7 trilhão, considerando a projeção do IPCA de 10,18% ao ano.

Vetos - O presidente da República vetou as emendas de comissão, classificadas como RP8, que somam R\$ 1,361 bilhão, e mais R\$ 1,824 bilhão em despesas primárias discricionárias. Com isso, o valor total do veto chega a R\$ 3,184 bilhão.

O Planalto explicou que o veto teve como objetivo ajustar despesas obrigatórias relacio-

nadas às despesas de pessoal e encargos sociais. “Será necessário, posteriormente, encaminhar projeto de lei de crédito adicional com o aproveitamento do espaço fiscal resultante dos vetos das programações”, avisou.

Quem perdeu O ministério que mais perdeu recursos foi o do Trabalho e Previdência, com veto de R\$ 1 bilhão. Em seguida vem o Ministério da Educação, com um cancelamento de R\$ 736 milhões. Outros órgãos com grande volume de recursos vetados foram o Desenvolvimento Regional (menos R\$ 458,7 bilhões), a Cidadania (R\$ 284,3 milhões) e a Infraestrutura (R\$ 177,8 milhões). Os vetos ao projeto de lei orçamentária alcançam 138 programações diferentes. O programa que mais perdeu recursos foi a administração do Instituto Nacional do Seguro Social, com corte de R\$ 709,8 milhões. Já o Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários teve corte de R\$ 180,7 milhões.

PCdoB vai defender a volta do auxílio emergencial de R\$ 600 em 2022

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PE), afirmou que a bancada do partido vai defender, em 2022, a volta do auxílio emergencial de R\$ 600. Segundo o deputado, o auxílio vai servir para movimentar feiras, mercados, padarias, farmácias, fortalecendo a economia e melhorando a vida da população.

“Esse auxílio é muito importante para milhões de brasileiros que ficaram completamente desistidos na pandemia que anda persiste. Muitos nem foram incluídos no Auxílio Brasil. Isso tem causado enorme sofrimento a essa imensa parcela da população”, disse o deputado.

O líder do PCdoB disse que o partido também vai priorizar a

aprovação do projeto de lei que fixa o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico e do auxiliar de enfermagem, e reduz a jornada de trabalho dessas categorias para 30 horas semanais. Sobre o tema, a Câmara dos Deputados analisa os projetos de lei 2564/20 (aprovado em 24 de novembro pelo Senado), 459/15 e 2295/00.

“Essas pessoas lutaram muito e a sociedade pôde compreender a importância deles para a vida e para a saúde das pessoas”, disse Calheiros.

Por fim, segundo o líder, o PCdoB deverá atuar ainda para aprovar medidas que garantam direitos básicos para os trabalhadores de entrega por aplicativo.

PT quer recomposição do salário mínimo em 2022

Um dos vice-líderes do PT na Câmara dos Deputados, o deputado Reginaldo Lopes (MG) acredita que 2022 será um ano de “forte resistência e travessia”. Uma das bandeiras do partido neste ano é garantir um ganho real para o salário mínimo, cujo valor atual é de R\$ 1.212.

“A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara vai lutar para alterar a medida provisória do salário mínimo (MP 1091/21) e garantir ganho real, ação fundamental para a retomada do crescimento econômico e também para a distribuição de renda no País”, defende Lopes.

Auxílio Brasil Outra prioridade do PT é derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao programa Auxílio Brasil.

A lei do programa foi sancionada em dezembro com dois vetos. Entre eles, está o artigo que obrigava o programa a ter

dotação orçamentária suficiente para atender todos os possíveis beneficiários. O outro trecho vetado estabelecia metas para taxas de pobreza.

“Nós pactuamos com o governo que quem tem renda de até R\$ 105 per capita é elegível automaticamente para o programa, e o governo Bolsonaro vetou, excluindo e confinando 27 milhões de brasileiros e brasileiras que recebiam o auxílio emergencial e estarão fora desse direito sagrado de ter uma renda mínima”, critica Reginaldo Lopes.

Pequenos empreendedores Por último, o PT vai trabalhar para recuperar 12 milhões de micro e pequenos empreendedores no Brasil, com o argumento de que eles geram mais de 70% dos empregos formais no Brasil. “No pós-pandemia, é fundamental olhar para os pequenos empreendedores.”

Emprego e renda encabeçam a lista de prioridades da Minoria em 2022

A pauta da Minoria na Câmara dos Deputados em 2022 inclui os temas que incidem diretamente na vida das pessoas, por ser ano eleitoral. Emprego e renda são os primeiros itens da lista elaborada pelo vice-líder deputado José Guimarães (PT-CE). “O que fazemos para a retomada do emprego? Que projetos nós poderemos aprovar?”, questiona o parlamentar. “A questão da renda. Não podemos permitir que mais de 24 milhões de pessoas fiquem sem qualquer auxílio emergencial.”

José Guimarães inclui ainda, entre as prioridades da Minoria, a Lei Paulo Gustavo (PLP 73/21), que libera R\$ 3,862 bilhões para amenizar os efeitos negativos econômicos e sociais

Senadores cobram providências sobre assassinato do congolês Moïse



Moïse Kabagambe, de 24 anos, foi espancado até a morte.

O brutal assassinato do congolês Moïse Kabagambe, morto no último dia 24, precisa de providências urgentes, assim como demanda um amplo debate de

toda a sociedade. É o que defendem os presidentes da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR) do Congresso

Nacional, senador Paulo Paim (PT-RS), e da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Humberto Costa (PT-PE). Pelas redes sociais, Humberto afirmou

que o “bárbaro assassinato” representa clara violação dos direitos humanos.

“Solicito informações e providências acerca do assassinato de Moïse Kabagambe. É urgente apurar celeremente as circunstâncias da morte e punir de forma vigorosa os responsáveis, como um recado claro de que as instituições não permitirão nem sombra de impunidade em episódios dessa natureza”, disse. Humberto informou que noticiou as seguintes autoridades: ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres; ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França; coordenador-geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Bernardo Laferté; procurador-geral da República, Augusto Aras; procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Oliveira Mattos de Souza; e o delegado de Polícia Allan Turnowski. Também pelas redes sociais, Paulo Paim informou que a CM-MIR fará audiência pública para tratar do assunto.

Governo e oposição querem votar propostas para recuperação econômica

Governo e oposição vão começar o ano legislativo com prioridades distintas na Câmara dos Deputados. Enquanto a oposição defende temas como a aprovação de uma renda básica permanente e proteção ao meio ambiente, o governo propõe avançar nas reformas tributária e administrativa. Já o ponto em comum entre os dois lados é a necessidade de adoção de medidas para aquecer a economia.

Para o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), vice-líder do governo, é aí que entram as reformas. “Temos boas perspectivas. O Congresso é reformista, e o governo está muito otimista este ano para que a gente possa continuar fazendo as reformas necessárias. Logicamente as reformas já estão em discussão no Congresso, primeiro a reforma tributária e a reforma administrativa. São duas reformas que precisamos fazer para rever a posição deste país, fazer um novo pacto federativo e fazer com que tenhamos mais Brasil e menos Brasília”, declarou. A reforma administrativa (PEC



32/20) foi aprovada em setembro do ano passado em uma comissão especial da Câmara e está pronta para ser votada em Plenário. A proposta mantém a

estabilidade para servidores públicos concursados e, entre outras medidas, permite o corte de 25% dos salários em épocas de crise fiscal.

Já a reforma tributária (PEC 110/19), que simplifica o sistema de tributos, está no Senado à espera de votação na Comissão de Constituição e Justiça.

GERAL

Dengue se espalha e pressiona serviços de saúde em cinco Estados

Em ao menos cinco Estados, os casos de dengue têm aumentado no rastro do recente avanço da covid-19. Em Minas Gerais, as infecções por dengue cresceram 94% em uma semana. Alagoas, Rio Grande do Sul, Tocantins e cidades do interior paulista também relatam alta.

Especialistas preveem que 2022, já marcado pelos recordes do coronavírus por causa da variante Ômicron, será um ano de maior incidência de dengue. Gestores alertam ainda para o risco de confusão nos diagnósticos, uma vez que há sintomas similares, como febre e dor no corpo. Depois das chuvas, em menos de uma semana os casos de dengue praticamente dobraram em Minas. Em 20 de janeiro, a Secretaria de Saúde do Estado notificou 178 casos. Já no dia 26, o número subiu para 347: alta de 94%. Já os casos de chikungunya tiveram uma alta ainda maior, de 192%, passando de 27 para 79 no mesmo período. Houve ainda

seis casos prováveis de zika no Estado, sem registro de óbito por essas doenças. Conforme a coordenadora de Vigilância das Arboviroses da pasta, Danielle Capistrano, não está excluído o risco de epidemia no período sazonal da doença, que começou em dezembro e vai até junho. A gestora lembra que o elevado volume de chuvas, aliado a temperatura alta, pode ter aumentado os focos de criadouros do mosquito transmissor, Aedes aegypti. Segundo ela, Minas teve ciclos epidêmicos de dengue a cada três anos, desde 2010, sendo o último em 2019. Um novo período de alta nos casos pode acontecer em 2022, por isso a necessidade de se manter o alerta. O governo deve repassar R\$ 40 milhões aos municípios para ações de controle.

Em Alagoas, os casos subiram de 65 em dezembro para 119 em janeiro. “Com as chuvas, os mosquitos encontram mais pontos de água parada, onde se reproduzem, o que impacta nos

índices de infestação nos municípios”, informou a Secretaria de Saúde local Como dengue e covid têm sintomas parecidos, a pasta recomenda que, em caso de febre, dores no corpo e de cabeça, deve ser procurado atendimento médico, pois as duas doenças são graves.

Conforme a pesquisadora da Fiocruz Claudia Codeço, a infecção pela covid não evita que a pessoa tenha também a dengue, mas representa risco maior para os que estão infectados. “Esses vírus estão circulando pelos mesmos locais, o que pode gerar dificuldade de diagnóstico e de tratamento oportuno das pessoas, tanto na covid, quanto na dengue. Vai ter impacto em ambas, pois são doenças cuja eficácia no tratamento depende de um diagnóstico o mais oportuno possível”, diz. No Rio Grande do Sul, os casos de dengue mais que dobraram em 2021, em relação ao ano anterior (10.149 infecções, ante 3,6 mil). Este ano, foram

registrados 75 casos nas duas primeiras semanas de janeiro, segundo o último boletim epidemiológico. A Secretaria de Saúde de Porto Alegre enviou alerta à rede de saúde, após constatar algo índice de infestação do Aedes em 21 bairros. O Tocantins monitora 71 municípios por risco da epidemia de dengue - 51 em alerta diante da alta infestação predial pelo mosquito. Segundo a o governo local, 66% das cidades tocaninense estão vulneráveis a epidemias de dengue, zika e chikungunya - as três causadas pelo Aedes.

SP elabora protocolo - No Estado de São Paulo, embora o pico da dengue seja normalmente em abril, foram registrados 2.028 casos e um óbito em janeiro, além de cinco casos de chikungunya. No segundo semestre de 2021, a Secretaria de Saúde do Estado elaborou um protocolo com diretrizes para suspeita clínica, diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos casos

dessa doença, que tem sintomas parecidos com os de covid-19. No interior, as prefeituras de Araçatuba, Andradina e Birigui manifestaram preocupação com o possível impacto da dengue nos hospitais e postos de saúde, já lotados de pacientes de covid e da gripe. O temor é de que as chuvas e o calor antecipem o aumento nos focos de Aedes - as três cidades intensificaram as ações de combate ao transmissor. Dos 11 municípios da região de Andradina, dez estão com índice de infestação do Aedes entre os mais elevados do País. Com cerca de 200 mil habitantes, a região registrou mais de 6,6 mil casos em 2021. A taxa de incidência está seis vezes acima da média estadual. Outras cidades com rede hospitalar pressionada pelo coronavírus, São José do Rio Preto, Tatuí e Campinas reforçaram ações contra a dengue. Rio Preto viu cresceu em 187% os casos de dengue de 2020 para 2021 (de 7.252 para 20.803), a maior incidência no

interior. Em dezembro, agentes da saúde encontraram larvas do mosquito em 5% dos imóveis visitados na cidade.

Em Tatuí, 20.521 tiveram dengue em 2021, um salto em relação ao ano anterior (342). A prefeitura informou que uma equipe 12 de visitantes sanitários e 17 agentes de controle de endemias faz vistoria em casas e comércio.

Pandemia afetou prevenção - A covid-19, segundo Cláudia Codeço, afetou a prevenção e o controle da dengue nos dois últimos anos, pois exigiu que toda a estrutura de saúde fosse direcionada para fazer frente à crise sanitária. “Houve grande impacto e, agora, é necessário recuperar as estruturas e os recursos que estavam alocados para o monitoramento e controle das arboviroses, e que foram redirecionados para a pandemia. É preciso fazer isso de forma urgente, especialmente agora, no início da temporada de dengue”, defende.

Polícia prende três suspeitos de matar congolês Moïse Kabagambe

Três suspeitos de agredir até a morte o congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, foram presos na última terça, 1º, pela Polícia Civil do Rio. O delegado Henrique Damasceno, responsável pelas investigações na Delegacia de Homicídios na Barra da Tijuca, não confirmou os nomes dos três homens. Segundo o policial, eles vão ser indiciados por homicídio duplamente qualificado, por impossibilitar a defesa da vítima e por uso de meio cruel. O dono do quiosque Tropicália, na Barra da Tijuca, onde o crime aconteceu, de acordo com o policial, não estava no local, quando o espancamento aconteceu, foi solícito e colaborou com a Polícia.

Mais cedo, Alisson Cristiano Alves de Oliveira, conhecido como Dezenove e apontado como um dos autores do crime, apresentou-se para depor. Outros dois homens, conhecidos como Tota e Belo, também foram identificados como participantes do espancamento do congolês, que levou pauladas e golpes de taco de beisebol. Policiais da Delegacia de Homicídios chegaram aos três suspeitos a partir de imagens de câmeras de segurança. A polícia negou que trabalhassem no Tropicália.

Em um matagal próximo, foi apreendido um porrete.

No dia 24 de janeiro, o congolês teria ido, segundo sua família, cobrar um pagamento que ainda não recebera do dono do quiosque, identificado como Fábio. O proprietário não estava. Houve discussão com um homem que estaria no lugar de um funcionário que seria o único com vínculo empregatício com o Tropicália. Uma câmera de segurança registrou quando o congolês tentou abrir uma geladeira, para pegar algo, e foi impedido. Foi quando a confusão virou briga. Moïse foi derrubado e espancado, no chão, até não ter mais sinais de vida.

Alisson apresentou-se à 34.ª DP (Bangu) e foi conduzido à Delegacia de Homicídios (DH) da capital, na Barra da Tijuca, onde prestou depoimento. Policiais da DH conseguiram falar por telefone com Tota. O rapaz aceitou se apresentar à polícia como testemunha. Os policiais iam ao seu encontro na estação ferroviária de Santa Cruz (zona oeste) para conduzi-lo à DH.

Agentes da Homicídios estiveram ontem no Tropicália. O quiosque foi interditado por determinação da Secretaria Municipal de Ordem Pública.

Autoridades usam material rochoso e argamassa para preencher cratera na Marginal

Uma reunião com os técnicos da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, da Sabesp, da concessionária Acciona e da Prefeitura de São Paulo, em um comitê criado após a enorme cratera que se formou na Marginal Tietê, definiu que o buraco será preenchido com “material rochoso e argamassa”. A intenção é estabilizar o local o quanto antes para que a via possa ter sua circulação retomada.

O procedimento foi iniciado na madrugada de ontem, dia 2. As autoridades ainda não informaram quanto tempo esse trabalho vai levar, mas optaram por preencher a cratera justamente para tentar viabilizar as pistas da marginal para os veículos.

“Ficou decidido pelo preenchimento do poço de ventilação, circulação e emergência (VSE Aquinos) com material rochoso e com argamassa na cratera que se abriu na marginal. Tudo para estabilizar a cratera e os deslizamentos, visando posterior recuperação da tubulação, da erosão e marginal”, explicou a Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM).

No momento, a destruição formada pela cratera se estende



por três faixas da pista local da Marginal Tietê, sentido Ayrton Senna, após o incidente no Poço de Ventilação da Linha-6 Laranja do metrô e o rompimento da tubulação de esgoto ao lado das obras “Bombas irão fazer o esgotamento do coletor e, após estancarem a vazão existente, fazer a retirada da água pelo VSE Tietê”, continuou a secretaria em nota.

Trânsito - Por causa da cratera, a circulação de carros na pista local naquele trecho está

proibida desde terça-feira pela manhã. Já na pista central, os veículos estão sendo desviados para a expressa na altura do canteiro de obras, retornando para a pista central a seguir. E a pista expressa da marginal foi totalmente liberada para o trânsito de veículos às 13h de terça, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

“A CET informa que a pista local da Marginal Tietê, sentido Rodovia Ayrton Senna, está com o trânsito desviado para o

corredor da Av. Ermano Marchetti / Marquês de São Vicente e retorna para a Marginal na altura da Praça Pedro Corazza. Os veículos oriundos da Rodovia Presidente Dutra, Fernão Dias, Bandeirantes, Anhanguera e Castelo Branco estão sendo direcionados para o Rodoanel e ao minianel viário, formado pelas avenidas Salim Farah Maluf, Luis Ignacio de Anhaia Melo, das Juntas Provisórias, Presidente Tancredo Neves e dos Bandeirantes”.

Prefeitura de SP cria desvio paralelo à cratera da Marginal Tietê

A Prefeitura de São Paulo publicou no Diário Oficial de ontem, 2, a autorização para a implantação de um desvio na Marginal Tietê após a abertura da cratera que atingiu a via e as obras da Linha 6-Laranja do Metrô na terça-feira, 1º. A medida

prevê uma rota pela Rua Aquinos, na Água Branca, que será estendida por mais uma quadra, no sentido das Rodovias Castelo Branco e Ayrton Senna. Com a mudança, o novo caminho sugerido é acessar a Rua Ceno Sbrighi, seguir pela Rua Aquinos

(passando pela futura extensão) e retornar à marginal pela Rua Visconde de Nanique, nas proximidades da Ponte Freguesia do Ô. Até o momento, não há informação oficial sobre a data de início da operação, mas a obra é tratada como “emergencial”.

Obra do Metrô na Marginal do Tietê desaba após vazamento de esgoto

Um desmoronamento em uma obra da Linha-6 Laranja do Metrô na última terça, 1º, fez ceder parte do asfalto da Marginal do Tietê e provocou a interdição da via no sentido Ayrton Senna. O acidente ocorreu nas imediações da Ponte do Piqueiri, na zona oeste de São Paulo, e, segundo o governo, foi causado pelo rompimento de uma coletora de esgoto. O motivo dessa ruptura ainda não foi esclarecido. Não houve vítimas. Quatro trabalhadores da obra foram socorridos após contato com a água do esgoto, mas liberados em seguida. Inquérito sobre o acidente foi instaurado pela Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, que também vai apurar “a extensão dos danos urbanísticos e ambientais decorrentes do incidente”. O documento ainda explica que a Promotoria requisitou informações do consórcio contratado pelo Governo do Estado. “A Defesa Civil foi instada a informar sobre a existência de risco nos imóveis residenciais e empresariais existentes no entorno. A Sabesp e a CET deverão prestar esclarecimentos, respectivamente, sobre a rede de esgoto e ordenação do trânsito na região.” Segundo a Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), o acidente foi causado pelo rompimento de uma galeria de esgoto que passa no sentido transversal ao túnel. O vazamento teve início às 8h21, e o solo, por não suportar o peso da galeria, se rompeu. O motivo da ruptura não foi esclarecido. A pasta informou que enviou uma equipe para acompanhar a

apuração da causas. Com o desmoronamento e a interdição, o trânsito ficou lento na Marginal e em outras vias. No início da tarde, houve a liberação total da pista expressa, mas outras faixas seguiam interditadas para avaliação de risco. O rodízio municipal de veículos foi suspenso.

Tatuzão - A Acciona, uma das empresas responsáveis pela obra, diz que não houve choque do tatuzão, equipamento que perfura túneis, com a galeria de esgoto, pois ele passava a 3 metros dela no momento do acidente. A hipótese havia sido levantada inicialmente pelo Corpo de Bombeiros. Em nota, a empresa explica que o rompimento da galeria ocorreu próximo do VSE Aquinos (poço de ventilação e saída de emergência).

André de Ângelo, diretor da Acciona, afirmou que medidas estão sendo tomadas para identificar o que causou o rompimento da coletora. “Vamos buscar rapidamente soluções para retomar as obras”, disse.

“A Acciona identificou que o problema foi de uma coletora, eles atingiram uma coletora da Sabesp. Dadas as circunstâncias, é o menor dos problemas, poderia ser algo muito mais grave”, disse o governador João Doria (PSDB). “Felizmente não tivemos nenhuma vítima nem com ferimentos e muito menos óbito”, concluiu.

Técnicos foram ao local e, segundo o diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, a quantidade de esgoto em vazamento já havia diminuído no início da tarde de ontem. A Linha 6-Laranja do Metrô, fruto

de parceria público-privada, tem a previsão de interligar o bairro da Brásiliândia, na zona norte, à Estação São Joaquim, na região central. A obra tem 15 quilômetros de extensão e previsão de construção de 15 estações. Segundo o governo do Estado, a linha, quando estiver pronta, deverá transportar 630 mil passageiros por dia.

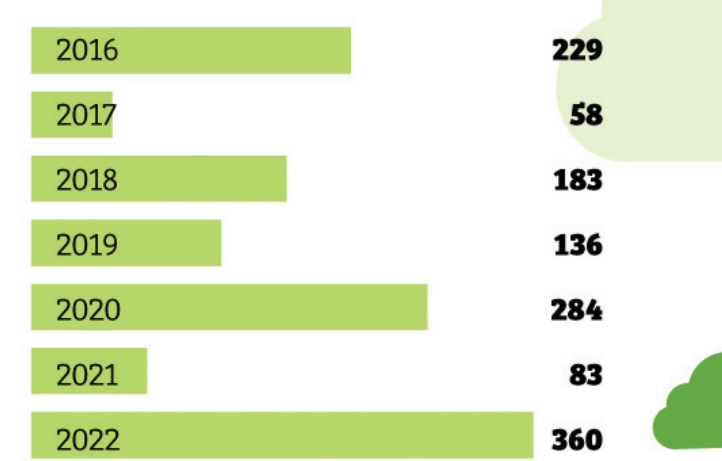
Cratera de 2007 - Na tarde de 12 de janeiro de 2007, um deslizamento de terra no canteiro de obras da Estação Pinheiros, da Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo abriu um buraco de 80 m de diâmetro e 30 m de profundidade. Em pouco mais de um minuto, a cratera tragou caminhões, máquinas, carros e quem passava pelo local. Sete pessoas morreram e 79 famílias tiveram de ser removidas de casas interditadas.

Chuvas podem ter contribuído - A escavação das obras da Linha 6-Laranja do Metrô e as chuvas podem ter contribuído para o rompimento de uma tubulação de esgoto e o desmoronamento de parte da pista da Marginal do Tietê, afirmam especialistas. Segundo eles, porém, é preciso aguardar as investigações sobre as causas do rompimento. Para Paulo Ferreira, presidente do Instituto de Engenharia, apesar de não ter havido colisão entre o tatuzão e a tubulação de esgoto, a movimentação da máquina pode ter desestabilizado o terreno. “Se tivesse havido (colisão), o problema seria muito pior”, disse Ferreira. “Mas não precisa de colisão para ter ruptura, basta que haja movimentação.”

ALERTA DE DESMATAMENTO

Amazônia tem recorde de alerta de desmate para um mês de janeiro

ÁREAS DA AMAZÔNIA SOB ALERTA (Em km²)



ESTADOS COM MAIOR ÁREA SOB ALERTA

Mato Grosso	118 km²
Rondônia	99 km²
Pará	52 km²
Roraima	41 km²

FONTE | Inpe



EDITAIS DE CASAMENTOS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
24º SUBDISTRITO DE INDIANÓPOLIS
Iracema Boquetti Merola
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

DOUGLAS ARAUJO MONGE, nascido em Caieiras, SP, aos 07/07/1981, professor de educação física, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Roberto Monge e Lucia Araujo Monge. SIMONE BAYER, nascida em Apucarana, PR, aos 15/04/1979, jornalista, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Roberto Bayer e Alma Bindewald Bayer.

FREDERICO DE BARROS MARQUEZINI, nascido n/ Capital, SP, aos 23/07/1991, publicitário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Rubens Marquezini e Sylvia Helena de Barros Marquezini. PATRICIA FERRO MACHADO SANTANA, nascida n/ Capital, SP, aos 21/07/1989, jornalista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Fernando Machado Santana e Silvana Linhares Ferro Santana.

RAPHAEL SANDES SOLHA, nascido n/ Capital, SP, aos 22/08/1982, médico, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Antonio Solha e Maria do Socorro Sandes Solha. MOANA SEO GOMES PINTO, nascida n/ Capital, SP, aos 01/02/1982, administradora de empresas, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jorge Luiz Gomes Pinto e Keika Seo Gomes Pinto.

TONY MICHEL DAOUD, nascido n/ Capital, SP, aos 12/06/1994, engenheiro civil, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Michail Daoud e Rima Saade Daoud. VICTORIA BARRETO GHATTAS, nascida n/ Capital, SP, aos 25/04/1998, arquiteta, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Romeo Habib Ghattas e Ana Maura Santana Barreto Ghattas.

BERNARDO FERRARINI ZANDONÁ, nascido em Rio de Janeiro, RJ, aos 03/04/1989, gerente de planejamento, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Adyr Monti Zandoná e Norma da Luz Ferrarini Zandoná. PAULA CARVALHAIS PAIVA FERREIRA, nascida em Belo Horizonte, MG, aos 25/01/1991, gerente de suprimentos, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Paulo Newton de Paiva Ferreira e Katia Maria Miranda Carvalhais.

VINICIUS CARVALHO CARNEIRO, nascido em Lambari, MG, aos 13/07/1982, administrador, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Olavo César Gonçalves Carneiro e Sandra Helena Carvalho Carneiro. JESSICA RIBEIRO ANDRADE MORAES, nascida em Salvador, BA, aos 28/07/1988, médica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Claudio Roberto Ferreira Moraes e Ceres Maria Ribeiro Andrade Moraes.

ALEXANDRE ZACHARIAS KHALIL, nascido n/ Capital, SP, aos 22/11/1989, engenheiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Melhem Khalil e Maria Lucia Zacharias Khalil. BRUNA LUIZ KAMILOS, nascida n/ Capital, SP, aos 30/07/1990, engenheira, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Albert Kamilos e Sarah Maria Kamilos.

PIETRO GIOVANNITTI, nascido n/ Capital, SP, aos 07/10/1995, bancário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vicenzo Emilio Giovanniitti e Lucimara Ferreira Giovanniitti. LUANA FERNANDA LIMA, nascida em Cubatão, SP, aos 11/06/1999, enfermeira, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Derivaldo Pereira Lima e Maria Solange Rufino Lima.

RICARDO BAROLLO, nascido n/ Capital, SP, aos 18/07/1975, administrador de empresas, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Carlos Alberto Barollo e Vera Constancia Viola Barollo. WILLIAM FERREIRA DE SOUZA ANDRADE, nascido n/ Capital, SP, aos 15/09/1989, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Reginaldo Marcelo de Souza Andrade e Edilza Alves Ferreira.

ÊNIO RAMON DE SOUSA, nascido em São José dos Campos, SP, aos 21/09/1984, biomédico, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Vicente de Sousa e Eni de Jesus de Macedo. GABRIEL MIRANDA DO MONTE, nascido em Natal, RN, aos 26/11/1996, dentista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antomar Queiroz do Monte e Adrovania Jales de Miranda.

RENAN GOMES, nascido n/ Capital, SP, aos 02/04/1990, administrador, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Flavio Gomes e Rosana Aparecida Rodrigues Pereira Gomes. PATRÍCIA DER HAGOBIAN, nascida n/ Capital, SP, aos 29/04/1991, designer de interiores, solteira, residente e domiciliada, neste subdistrito, Filiação: Eduardo Nazar Der Hagobian e Fernanda Lucia Camargo Ambrosio Der Hagobian.

EDUARDO SIGNORINI BICAS FRANCO, nascido em São Manoel, SP, aos 10/03/1992, fisioterapeuta, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Eduardo Bicas Franco e Silvia Marta Signorini Bicas Franco. STÉFANIE BALESTRIN VIUDES, nascida em Botucatu, SP, aos 01/02/1993, psicóloga, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Gilberto Spadotto Viudes e Sueli Terezinha Balestrin Viudes.

FELIPE RABAY LUCAS, nascido n/ Capital, SP, aos 23/12/1986, engenheiro civil, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José do Carmo Lucas e Mirian Rabay Lucas. CRISTINA MIDORI ROCHA EI, nascida n/ Capital, SP, aos 23/04/1985, arquiteta, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jorge Kunio El e Valdecide Rocha da Silva.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
31º SUBDISTRITO DE PIRITUBA
Francisco Marcicano
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

MATEUS COSTA ROMERO, autonomo, solteiro, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 06/06/2000, Residente em São Paulo, SP Filiação: EVANDRO DE JESUS ROCHA ROMERO e de RAIMUNDA GEZUINA COSTA ROMERO.- JULIA FERREIRA COELHO, autonoma, solteira, Natural de Osasco, SP, Nascido aos 26/08/1999, Residente em São Paulo, SP Filiação: DANIELA FERREIRA COELHO.

RICARDO LUIZ KAMITANI, psicologo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/03/1984, Residente em São Paulo, SP Filiação: LUIZ IESHIM KAMITANI e de ERIONILDA LUIZ KAMITANI.- ANA CLAUDIA FREIRE DE OLIVEIRA, trader, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 07/07/1984, Residente em São Paulo, SP Filiação: COSME FREIRE DE OLIVEIRA e de FATIMA PINTO FREIRE DE OLIVEIRA.

ERICK EDUARDO PINTO, corretor de seguros, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 09/03/1988, Residente em São Paulo, SP Filiação: MARCOS TADEU PINTO e de SANDRA MARA VIEIRA PINTO.- ANDRESSA SILVA DE JESUS MORAES, publicitária, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 01/09/1986, Residente em São Paulo, SP Filiação: CLOVES CARDOSO DE MORAES e de HAYDEE SILVA DE JESUS.

LUCAS ROBSON SILVA DE SOUZA, impressor flexgrafico, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 01/09/1996, Residente em São Paulo, SP Filiação: MARIA MARLUCE GERONIMO DE SOUZA SILVA.- HELEN LIMA SANTOS, auxiliar de produção, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 30/06/1992, Residente em São Paulo, SP Filiação: BENTO ALVES SANTOS e de MARIA HELENA LIMA SANTOS.

JAREDE COELHO PIRES, funcionario publico militar, divorciado, Natural de São Gonçalo, RJ, Nascido aos 13/04/1960, Residente em São Paulo, SP Filiação: OTACÍLIO PIRES e de ARACY COELHO PIRES.- MARISA APARECIDA BORGES, funcionaria publica, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 26/03/1969, Residente em São Paulo, SP Filiação: FÁBIO BORGES e de MARIA APARECIDA BORGES.

ISAC SOARES, aposentado, viúvo, Natural de Caieras, SP, Nascido aos 29/11/1959, Residente em São Paulo, SP Filiação: ROQUE SOARES e de IGNACIA MIGUEL SOARES.- EDNA PIZANI DO NASCIMENTO, do lar, viúva, Natural de Junqueirópolis, SP, Nascido aos 25/08/1957, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOSÉ PIZANI e de JOSEFA PEIREIRA PIZANI.

ALLAN FERNANDES SILVA, advogado, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/11/1989, Residente em São Paulo, SP Filiação: ROMERIO NUNES DA SILVA e de JOANA FERNANDES SILVA.- MARIANA MARTINS VULPINI, assistente administrativo, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 04/11/1991, Residente em São Paulo, SP Filiação: RICARDO VULPINI e de CLAUDIA APARECIDA MARTINS.

VINÍCIUS HENRIQUE MOTA CANAL, analista de controladoria, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 09/08/1998, Residente em São Paulo, SP Filiação: RICARDO HENRIQUE CANAL e de MARILENE DE ALMEIDA MOTA CANAL.- LUISA MIRANDA ANDRÉ, jovem aprendiz, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 03/09/2001, Residente em São Paulo, SP Filiação: MARCIO SOARES ANDRÉ e de MEIRE APARECIDA MIRANDA ANDRÉ.

WESLEY LEANDRO VIEIRA, micro empresário, solteiro, Natural de Brejo da Madre de Deus, PE, Nascido aos 18/06/1988, Residente em São Paulo, SP Filiação: IZANIL DOS SANTOS VIEIRA.- MARIA JOSILENE COSTA DO NASCIMENTO, micro empresária, divorciada, Natural de Bom Conselho, PE, Nascido aos 12/06/1984, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOSÉ FERREIRA DO NASCIMENTO NETO e de MARIA APARECIDA COSTA DO NASCIMENTO.

SAMUEL DE SOUZA BARBOSA, médico, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 14/09/1995, Residente em São Paulo, SP Filiação: GILBERTO DA COSTA BARBOSA e de ROSÂNGELA APARECIDA DE SOUZA BARBOSA.- DEBORA ALTHEMAN DE CASTRO E SOUZA, médica veterinária, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 06/02/1994, Residente em São Paulo, SP Filiação: ARTHUR RUY DE CASTRO E SOUZA NETO e de ROSELI ALTHEMAN DE CASTRO E SOUZA.

EDVALDO CAMPOS DE ARAUJO JUNIOR, engenheiro eletricitista, solteiro, Natural de Santa Bárbara d'Oeste, SP, Nascido aos 18/12/1994, Residente em SP Filiação: EDVALDO CAMPOS DE ARAUJO e de CELIA REGINA CUSTODIO.- KARINE REGINA CUNHA DINIZ, engenheira civil, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 21/04/1992, Residente em SP Filiação: GILMAR ANDRE DINIZ e de MEIRE REGINA BENEDICTO CUNHA ALVES.

DOMINGOS ERINALDO RODRIGUES DA SILVA, vigia, solteiro, Natural de Pedra Branca, CE, Nascido aos 26/05/1991, Residente em São Paulo, SP Filiação: LUIZ FERREIRA DA SILVA e de MARIA RODRIGUES DA SILVA.- LETICIA COSTA CELESTINO, vendedora, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 16/07/1999, Residente em São Paulo, SP Filiação: ELIZANETE COSTA CELESTINO.

OSMAR SERRANO, gerente, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 20/01/1961, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOAQUIM SERRANO e de FRANCISCA DE LIMA SERRANO.- MARIA DE FÁTIMA DIAS, esteticista, solteira, Natural de Nova Andradina, MS, Nascido aos 04/11/1966, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOÃO JOSÉ DIAS e de ZEZITA CARVALHO DIAS.

JOSIMAR DE SOUSA ANTUNES, autonomo, solteiro, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 06/01/1987, Residente em São Paulo, SP Filiação: DECIO DE SOUSA ANTUNES e de MARIA JOSELITA LIMA ANTUNES.- JÉSSICA DOMINGOS RIBEIRO, analista financeira, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 18/05/1993, Residente em São Paulo, SP Filiação: JOAQUIM MANOEL RIBEIRO e de ANA APARECIDA DOMINGOS RIBEIRO.

ÉRICO GALVÃO DOS SANTOS, advogado, solteiro, Natural de Santa Maria da Vitória, BA, Nascido aos 29/09/1982, Residente em São Paulo, SP Filiação: NIVALDO JOSÉ DOS SANTOS e de NEUZA MARIA GALVÃO DOS SANTOS.- ALINE ALVES DOS SANTOS, auxiliar de secretária academi, solteira, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 09/09/1987, Residente em São Paulo, SP Filiação: LUIZ ALVES DOS SANTOS e de ELIZANIR DOS SANTOS.

RICHARD BAPTISTA MARTINS, professor, solteiro, Natural de Americana, SP, Nascido aos 19/05/1983, Residente em São Paulo, SP Filiação: ITAMAR DOS SANTOS MARTINS e de SONIA BAPTISTA MARTINS.- ELISABETH VELOSO GONZALEZ, professora, divorciada, Natural de São Paulo, SP, Nascido aos 20/09/1978, Residente em São Paulo, SP Filiação: ENRIQUE VELOSO GONZALEZ e de CONCEIÇÃO DE JESUS VELOSO GONZALEZ.

WILSON DE OLIVEIRA LOURENÇO, preparador de tinta, solteiro, Natural de São Bernardo do Campo, SP, Nascido aos 23/02/1983, Residente em São Paulo, SP Filiação: EDUVIRGES NICOMEDES LOURENÇO e de DARMIRA DE OLIVEIRA LOURENÇO.- LUCIVANIA VASCONCELOS DE LIRA, balconista encarregada, divorciada, Natural de São Caitano, PE, Nascido aos 16/08/1981, Residente em São Paulo, SP Filiação: LOURINALDO ANTONIO DE LIRA e de MARIA DO SOCORRO VASCONCELOS DE LIRA.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
46º SUBDISTRITO DE VILA FORMOSA
Bel. Djalma Semeghini Tombi
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

CARLOS HENRIQUE ARAUJO DA SILVA, nascido n/ Capital, SP, aos 17/08/1997, garçom, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Carlos da Silva e Zilma Araújo do Vale. ALANA BEATRIZ DA SILVA GONÇALVES, nascida em Pedro II, PI, aos 02/02/2000, recepcionista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Avelino André da Silva e Maria Eliane Gonçalves.

ROBSON RAMOS LOPES, nascido n/ Capital, SP, aos 25/06/1989, ajudante, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Florencio Ribeiro Lopes e Maria de Lourdes Ramos de Moura. ELISA AURELIANO DE OLIVEIRA, nascida n/ Capital, SP, aos 21/03/1993, recepcionista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Aureliano de Oliveira e Maria Shirley Canato de Oliveira.

Faço saber que, pretendem converter a união estável em casamento de conformidade com o artigo 1.726 do Código Civil Brasileiro (lei 10.406/2002), e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, (lei n 10.406/2002), artigo 1525, incisos 1,3,4 e 5. AGNALDO RODRIGUES NOVAIS, nascido em Pindaré, BA, aos 07/11/1979, empresário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Rodrigues de Carvalho e Vitoria Rodrigues Novais. ADRIANA RODRIGUES SOARES, nascida n/ Capital, SP, aos 01/11/1974, empresária, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Sebastião Rodrigues Soares e Valdina Rodrigues Soares.

WELLINGTON MACHADO BARBOSA, nascido n/ Capital, SP, aos 24/02/1975, professor, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Barbosa Filho e Sebastiana Cicera Machado Barbosa. JERUZA DA SILVA MOTTA, nascida n/ Capital, SP, aos 19/12/19795, professora, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Leonel Motta e Claudia Magnifica da Silva Motta.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
A informação com conteúdo no tamanho exato do seu interesse. Leia e assine: 5584-0035

Denunciação por homofobia, ministro da Educação vai à TV promover ações do governo

Um dia após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por crime de homofobia, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, fez um pronunciamento em rede nacional na última terça-feira, 1.º, para promover ações do governo na área, como o reajuste de 33,24% no piso salarial dos professores, anunciado semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro, e o perdão da dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para alunos mais pobres.

Ribeiro destacou que o aumento foi feito levando em conta a regra antiga do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que estabelece que o cálculo deve ser realizado a partir da variação anual do valor do fundo. Com o reajuste, a remuneração média da categoria passa de R\$ 2.886 para R\$ 3.845 “Esse reajuste beneficiará cerca de 1,7 milhão de professores. Quando de minha

posse como ministro em 2020, destaquei a importância de resgatar o respeito ao professor”, afirmou o ministro.

A maior parte do custo do aumento, no entanto, será paga pelos governadores e prefeitos, que ameaçam ir à Justiça contra o reajuste, classificado como “bomba fiscal”. A Confederação Nacional dos Municípios (CMN) orientou os administradores municipais a darem reajuste de 10% em vez dos 33% estipulados pelo governo federal. Ribeiro falou também sobre a Medida Provisória editada no fim do ano passado pelo presidente Jair Bolsonaro, que perdooou até 92% das dívidas do Fies. A medida não tem custo fiscal porque o governo já classificava os valores como de difícil recuperação. O ministro ainda destacou um investimento de R\$ 330 milhões da pasta para instalação de internet em escolas públicas.

Estudo abre rota para entender o envelhecimento do sistema nervoso

Um grupo internacional de cientistas encabeçado por duas pesquisadoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) descobriu um marcador do envelhecimento do sistema nervoso central. O trabalho, publicado na revista Ageing cell, abre novos caminhos para a compreensão do declínio cognitivo dos idosos. Também ajuda no desenvolvimento de novas drogas contra doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson.

O envelhecimento do sistema nervoso é caracterizado por uma mudança progressiva na fisiologia das células cerebrais. O processo pode contribuir para déficits cognitivos. Leva à demência e ao comprometimento da qualidade de vida.

Mecanismo - O grupo encabeçado pelas neurocientistas Isadora Matias e Flávia Gomes,

do Instituto de Ciências Biomédicas, investiga doenças associadas ao envelhecimento há mais de dez anos. Mesmo assim, dizem, até hoje os mecanismos de transição de um cérebro saudável e funcional para um cérebro idoso e disfuncional não são ainda bem compreendidos.

O biomarcador descrito é uma proteína, conhecida como lamina-B1. Está presente nos neurônios e nas células gliais. O papel dessa proteína normalmente é relacionado à manutenção da integridade do núcleo celular. Exerce funções que vão da manutenção da estrutura do núcleo e seu funcionamento até o reparo de DNA.

No estudo, o grupo descreve que a perda de lamina-B1 ocorre em células do hipocampo de camundongos e indivíduos humanos idosos, especialmente. “Em nosso estudo caracterizamos,

de forma pioneira, um biomarcador da senescência (envelhecimento) celular, a lamina-B1, no sistema nervoso central”, contou Flávia Gomes. “É a primeira vez que esse biomarcador é identificado nessas células de tecido idoso sadio.”

No sistema nervoso central, o envelhecimento dos astrócitos representa um importante fator para as disfunções celulares e cognitivas associadas à idade. O trabalho publicado por Flávia Gomes, Isadora Matias e outros cientistas mostra que a perda da proteína lamina-B e deformações nucleares são biomarcadores desse processo.

O grupo também descreveu que astrócitos senescentes apresentam déficits em seu potencial de promover a formação de sinapses e a diferenciação dos neurônios. Isso pode favorecer o declínio sináptico associado

ao envelhecimento.

Os cientistas trabalharam com roedores e com amostras de tecido cerebral humano de bancos de encéfalos da Universidade de São Paulo (USP) e de uma instituição da Holanda. Ao todo, foram analisadas 16 amostras de pessoas de meia-idade e 14 de idosos. Os pesquisadores investigaram transformações nos astrócitos. São células nervosas que dão sustentação e ajudam a controlar o funcionamento dos neurônios.

Perspectiva - Estima-se que em 2050 o número de pessoas com 60 anos ou mais será o dobro do existente na atualidade. Serão quase 2,1 bilhões de idosos em todo o mundo. Nesse contexto, é esperado um aumento substancial na incidência de doenças associadas à idade. A lista inclui câncer, diabetes e doenças neurodegenerativas.

Buscas por desaparecidos após deslizamentos na Grande SP continuam

As buscas por desaparecidos por causa dos deslizamentos de terra na Grande São Paulo continuam apesar da continuidade das chuvas na região. Em Franco da Rocha, uma das cidades mais atingidas, sete pessoas ainda não foram encontradas, disse André Elias, capitão do Corpo de Bombeiros de São Paulo, em entrevista à Rádio Eldorado na manhã de ontem, 2.

“A chuva aumenta o risco; atrasa o trabalho, visto que o solo encharcado oferece possibilidade de novos deslizamentos; mas a gente não para”, frisou. Para ele, a expectativa de

encontrar os desaparecidos com vida é pequena. “A terra como fluido acaba invadindo todos os espaços, as chances de sobrevivência de alguém que poderia estar naquele local diminui. Não podemos descartar, mas é muito difícil”, lamentou.

Nesta madrugada, o Corpo de Bombeiros encontrou três novos corpos em Franco da Rocha, vítimas dos deslizamentos. As pessoas ainda não foram identificadas. Com os novos registros, a cidade registra 11 óbitos, maior número da tragédia.

Até o momento, pelo menos 27 pessoas morreram em decor-

rência das intensas chuvas que atingiram a região. Oito crianças estão entre as vítimas. Elias alertou ainda para a possibilidade de novos incidentes. “Principalmente nos locais que ocorreram os desmoronamentos”.

Conforme dados compilados pelo Estadão, mais de 132,3 mil imóveis estão em áreas classificadas como de alto e muito alto risco para deslizamentos e enchentes na região metropolitana de São Paulo. Entre os locais sinalizados como de risco elevado estão alguns dos mais atingidos nas recentes chuvas, como em Embu das Artes - com 278

edificações em área de “muito alto risco” para deslizamentos - e Franco da Rocha, apontada como local de “alto risco” para “escorregamento” em uma área com 47 imóveis, no bairro Parque Paulista. Porém, os municípios com mais imóveis em áreas de alto e muito alto risco são: Santo André (17,5 mil), Guarulhos (15,7 mil), São Bernardo do Campo (15,1 mil), Mauá e Mogi das Cruzes (ambos com 10,4 mil), Itapevi (8,2 mil) e Itaquaquecetuba (7,4 mil). Os locais nestas situações abrangem residências, comércio e estabelecimentos de serviços.